

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**A INTENSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NO LESTE ASIÁTICO:  
Motivações e desafios no período pós-crise financeira de 1997-98.**

**Lídia Brochier**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

**LÍDIA BROCHIER**

**A INTENSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL NO LESTE ASIÁTICO:  
Motivações e desafios no período pós-crise financeira de 1997-98.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial do Curso de Graduação em Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço aos meus pais e irmão, pela  
compreensão, pela paciência e pelo carinho.  
Obrigada por estarem sempre presentes nos  
momentos bons e ruins;  
Agradeço ao meu orientador, Prof.Dr. André  
Moreira Cunha, pela ótima orientação e pela  
disponibilidade e atenção quando precisei;  
Agradeço aos meus amigos e colegas pelo  
apoio;  
Agradeço à Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul e aos professores do curso de  
Graduação em Relações Internacionais, pela  
oportunidade e pelo ensino de qualidade.  
A esses, muito obrigada.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABF – *Asian Bond Fund*

ABMI – *Asian Bond Markets Initiative*

ACE – *ASEAN Centre of Energy*

ACU – *Asian Currency Unit*

ADB – *Asian Development Bank*

ALC – *Área de Livre Comércio*

APEC – *Asia-Pacific Economic Cooperation*

ASEAN – *Association of Southeast Asian Nations*

ASEAN+3 – *Dez países da ASEAN mais China, Coréia do Sul e Japão*

BIMP - EAGA – *Brunei – Indonesia – Malaysia – Filipinas East Asia Growth Area*

EAEC – *East Asia Economic Caucus*

EAS – *East Asia Summit*

EASG – *East Asia Study Group* (Grupo de Estudo do Leste Asiático)

EAVG – *East Asia Vision Group* (Grupo de Visão do Leste Asiático)

EMEAP – *Executives' Meeting of East Asia Pacific Central Banks*

EPI – *Economia Política Internacional*

ERPD – *Economic Review and Policy Dialogue*

EUA – *Estados Unidos da América*

EVSL – *Early Voluntary Sectoral Liberalization*

FMA – *Fundo Monetário Asiático*

FMI – *Fundo Monetário Internacional*

GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*

GMS – *Greater Mekong Subregion*

ICM – *Iniciativa de Chiang Mai*

IDE – *Investimento Direto Estrangeiro*

IMT-GT – *Indonesia – Malaysia – Thailand Growth Triangle*

MFG – *Manila Framework Group*

NAFTA – *North America Free Trade Area*

NIE – *Newly Industrializing Economy*

NMI – *New Miyazawa Initiative*

OECD – *Organization for Economic Co-operation and Development*

OMC – *Organização Mundial do Comércio*

TDR – *Trade and Development Report*

UE – *União Européia*

## RESUMO

A crise financeira asiática de 1997-98 teve grande impacto nos países do Leste Asiático. A partir desse momento, nota-se que há um incremento nos esforços de integração regional. Esses esforços se dão nos âmbitos comercial e financeiro e são percebidos tanto na integração econômica real quanto na multiplicação de iniciativas formais de integração. O presente trabalho busca explorar quais são as motivações que levaram à intensificação da integração e quais os desafios que se apresentam para a continuidade do processo. Entre as principais motivações estão: a conscientização dos *policymakers* de que as economias regionais são interdependentes e de que devem buscar soluções conjuntas para as crises; a idéia de que a integração *de facto*, representada pela extensão e complexidade das redes regionais de produção, demanda uma melhor infraestrutura regional; e, por fim, que existem fatores políticos no processo, quais sejam, a disputa pela liderança regional entre Japão e China e a constante presença dos EUA na região.

**Palavras-chave:** Regionalismo – Regionalização – Leste Asiático – pós-crise financeira de 1997-98 – Integração comercial – redes de produção – infraestrutura – integração financeira – ASEAN+3 – liderança regional

## ABSTRACT

The Asian financial crisis of 1997-98 had huge impacts over East Asia countries. From this moment on, it can be noticed an increase of the regional integration efforts. These efforts are taken in commercial and financial fields and they can be perceived in real economic integration as much as in the formal integration initiatives. This conclusion paper tries to investigate the motivations which led to intensification of integration and what challenges are presented to the continuity of the process. Among the main motivations are: the policymakers' consciousness about regional economies interdependence and about the need of looking for joint solutions to crises; the idea that *de facto* integration, represented by the extension and complexity of regional production networks, demands a better regional infrastructure; and, at last, there are political factors in the process, which are, the dispute for regional leadership between Japan and China and the continuous presence of USA in the region.

**Keywords:** Regionalism – Regionalization – East Asia – post financial crisis of 1997-98 – Commercial integration – production networks – infrastructure – financial integration – ASEAN +3 – regional leadership

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 EMBASAMENTO TEÓRICO E ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS .....	13
2.1 O conceito de região.....	14
2.2 Regionalização vs. regionalismo.....	14
2.3 Cooperação e integração regional .....	17
2.4 “Novo Regionalismo”? .....	18
2.5 Uma “abordagem eclética” .....	19
2.6 O modelo dos gansos voadores .....	23
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....	24
3.1 Um panorama da crise financeira asiática de 1997-98.....	30
4 MENSURAÇÃO DA INTEGRAÇÃO NO LESTE ASIÁTICO.....	32
4.1 A intensificação da integração econômica regional.....	32
4.1.1 A integração comercial .....	32
4.1.2 A integração por Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) .....	39
4.1.3 As redes regionais de produção.....	44
5 DESCRIÇÃO DA INTEGRAÇÃO NO LESTE ASIÁTICO.....	46
5.1 As iniciativas regionais de integração.....	46
5.1.1 <i>Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)</i> .....	47
5.1.1.1 As áreas de livre comércio no âmbito da ASEAN.....	49
5.1.1.1.1 A área de livre comércio ASEAN-China .....	49
5.1.1.1.2 A área de livre comércio ASEAN-Japão.....	50
5.1.1.1.3 A área de livre comércio ASEAN-Coréia do Sul.....	51

5.1.2 <i>East Asia Economic Caucus</i> (EAEC) .....	51
5.1.3 O Fundo Monetário Asiático (FMA) .....	53
5.1.4 <i>Manila Framework Group</i> (MFG) .....	54
5.1.5 ASEAN+3 .....	54
5.1.5.1 A Iniciativa de Chiang Mai (ICM) .....	57
5.1.5.2 <i>Asian Bond Markets Initiative</i> (ABMI) .....	59
5.1.5.3 <i>Economic Review and Policy Dialogue</i> (ERPD) .....	59
5.1.6 <i>East Asia Summit</i> (EAS ou ASEAN+6).....	61
5.1.7 <i>Executives' Meeting of East Asia Pacific Central Banks</i> (EMEAP) .....	62
5.1.8 Iniciativas regionais de cooperação na área de infraestrutura.....	63
5.1.9 <i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> (APEC) .....	64
6 MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A INTENSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO.....	66
6.1 A integração <i>de facto</i> e o papel das redes regionais de produção .....	68
6.2 O impacto da crise financeira asiática de 1997-98.....	70
6.3 A ascensão da China e a disputa pela liderança regional.....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo abordar a integração regional na Ásia. Mais especificamente buscar-se-á tratar o tema no Leste Asiático, o que envolve de uma maneira geral os seguintes países: China, Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas, Cingapura, Laos, Brunei, Camboja, Vietnã e Mianmar. Além disso, Taiwan e Hong Kong serão considerados separadamente da China, pois é como consta na maioria dos artigos e livros consultados<sup>1</sup>. O período no qual se estudará a integração é o recente, com ênfase nos últimos 10 a 15 anos, tendo como referência a crise financeira asiática de 1997-98.

Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar a intensificação da integração regional no Leste Asiático, tendo como ponto de referência a crise asiática de 1997-98, suas possíveis causas e implicações para a ordem mundial vigente.

Os objetivos específicos são descrever a integração, a partir de um embasamento teórico e de um breve histórico do processo; verificar em que medida se deu e está se dando a intensificação da integração regional nos aspectos comercial e financeiro; e analisar as supostas causas da integração, assim como as suas possíveis conseqüências no âmbito das Relações Internacionais.

Sendo a Ásia e, mais restritamente, o Leste Asiático, a região mais dinâmica do mundo em termos econômicos, o seu estudo se torna essencial, pois uma possível mudança no sistema internacional, na ordem internacional, a médio e longo prazo, pode partir dessa área.

A partir dos anos 1990, tem-se verificado a intensificação do processo de integração regional na Ásia, principalmente no leste e sudeste asiático. Isso se pode notar, por exemplo, mas não somente, pelo aumento das exportações regionais em relação às exportações globais

---

<sup>1</sup> Uma definição de Leste Asiático que se aplica ao presente trabalho é a que divide o Leste Asiático em quatro grupos políticos, feita por Wan (2008). Primeiramente, tem-se o Japão, uma democracia de mercado madura. Em segundo lugar, as *Newly Industrialized Economies* (NIEs): Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. O terceiro grupo inclui os países inicialmente integrantes da ASEAN menos Cingapura. Por fim, tem-se o quarto grupo que compreende os países socialistas em transição, quais sejam: China, Vietnã, Coreia do Norte, Camboja, Laos e Mianmar.

O único desses países que não se faz referência nesse trabalho, direta ou indiretamente, é a Coreia do Norte. Wan (2008) ressalta a impossibilidade de se evitar a arbitrariedade na escolha de quais países pertencem a uma determinada região. O autor considera o Leste Asiático como uma região distinta porque ele é geralmente visto dessa forma; pelo alto grau de interdependência e pelas transações densas entre os países. Além disso, é impossível cobrir muitos países num único trabalho.

da região. Essa integração está diretamente relacionada ao crescimento e à dinâmica do desenvolvimento regional.

Soma-se a isso a percepção da crise financeira asiática de 1997-98 como um marco nesse processo. A partir desse momento, há uma mudança na dinâmica do processo integracionista – influenciada inclusive pela disputa de liderança regional.

Ficam então algumas questões cruciais que justificam e motivam o trabalho: o que explica essa intensificação no processo de integração? A que se deve esse novo estímulo, visível tanto no movimento de regionalização quanto no de regionalismo, mesmo que em ritmos e graus diferentes? Que conseqüências a conformação de uma integração mais intensa e veloz pode trazer para a região e para a ordem mundial estabelecida?

Devido ao fato de se tratar da abordagem de um fenômeno recente e em andamento, o trabalho visa realizar uma análise introdutória do mesmo. Essa análise está baseada numa revisão bibliográfica dos principais autores que se dedicam à questão. O trabalho pode auxiliar na visualização e interpretação da situação corrente nessa região do mundo.

A integração será estudada a partir, principalmente, da área específica de Relações Internacionais, chamada Economia Política Internacional (EPI), pois é onde melhor se encaixam as abordagens econômicas e políticas da integração no Leste Asiático. A análise não se prende a uma única teoria de Relações Internacionais, até mesmo porque não há um consenso geral sobre qual a melhor teoria para o estudo da integração regional. Existe uma diversidade de abordagens teóricas, justamente por se tratar de um processo com diversas peculiaridades regionais.

Logo, boa parte das teorias de Relações Internacionais contribui explicando um fato em particular. As teorias explicam, por exemplo, as atitudes dos atores no sistema internacional que levam a movimentos integracionistas.

Com base em uma leitura preliminar dos autores, e de suas visões, que abordam a questão, algumas hipóteses podem ser levantadas.

Primeiramente, a integração econômica real é representada principalmente pelas redes de produção e distribuição regionais que envolvem países com diferentes níveis tecnológicos. Tais redes têm demandado uma maior cooperação regional no que diz respeito ao desenvolvimento de infraestrutura adequada - essencial para manter baixos os custos de transportes, que já são os menores considerando-se as regiões em desenvolvimento, e, com

isso, a competitividade internacional do Leste Asiático. Uma crescente parcela do comércio na região é composta de partes e componentes que vão de um país para o outro para uma montagem mais aprofundada. Esse tipo de comércio demonstra a intensificação e o aumento da complexidade das redes, além de uma mudança no padrão das exportações da região.

Em segundo lugar, também é interessante notar que os fluxos comerciais e a produção estão ligados na região, como em nenhuma outra parte do mundo, aos fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Dessa forma, é natural que ataques especulativos aos mercados financeiros internacionais repercutam nas economias da região. Isso parece ter sido percebido pelos *policymakers* locais com a crise financeira asiática de 1997-98.

Quer tenha sido derivada da incapacidade dos investidores privados internacionais de distinguir os riscos específicos que cada economia apresentava, quer tenha decorrido da já intensa integração real das economias, a crise parece ter aumentado a consciência da necessidade de uma maior institucionalização da integração para diminuir a vulnerabilidade dessas economias a novos efeitos-contágio. Essa conscientização se deve ao fato de os pacotes de socorro financeiro de instituições internacionais como o FMI poderem minar as estratégias de desenvolvimento e modernização. O sistema bancário e de crédito da maioria das economias está bem mais consolidado do que no período ligeiramente anterior à crise e as economias não passaram por uma depressão, apenas por uma desaceleração do crescimento que não se estendeu por muito tempo. Essa manutenção da tendência de crescimento se deveu tanto às medidas decorrentes da conscientização proporcionada pela crise – aumento da cooperação regional, quanto às estratégias defensivas das economias – acumulação de reservas internacionais e estabilização das taxas de câmbio.

Finalmente, mas não menos importante, o fator político que envolve a disputa pela liderança regional no eixo Japão - China - Estado Unidos da América (EUA) influi diretamente nas tentativas de estabelecer arranjos regionais de cooperação em diversas áreas. Por um lado, o Japão passou a visualizar o Leste Asiático como seu espaço de internacionalização e, portanto, de liderança, retomando, pela via do apoio financeiro oficial e das estratégias das suas multinacionais, parte das pretensões expansionistas que na primeira metade do século XX se manifestaram pela via militar; por outro lado, a China ressurgiu como pólo principal de atração de investimentos e, cada vez mais, como o centro dinâmico da economia regional e que também tem aspirações de liderança política e hegemonia militar.

Além disso, os Estados Unidos não querem perder sua influência econômica, política e militar na região.

Como exemplo das aspirações de liderança regional pode-se citar a iniciativa japonesa após a crise de 1997-98 de criar um Fundo Monetário Asiático que não foi bem recebida por EUA e China, sendo em seguida levantada a proposta, no âmbito do ASEAN +3, da Iniciativa de Chiang Mai com apoio da China (mas que tem uma liderança japonesa efetiva). Deve-se acrescentar que ao mesmo tempo em que as duas potências regionais competem entre si, também se complementam para organizar o regionalismo. Por fim, os *policymakers* em toda a região estão repensando suas estratégias para se ajustar ao crescimento chinês, assim como já vinham buscando formas de mitigar a dependência econômica em relação ao Japão.

Este trabalho, além desta introdução está dividido em mais cinco capítulos.

No capítulo dois, fazem-se o embasamento teórico do trabalho e os esclarecimentos conceituais. O capítulo dois está subdividido em: o conceito de região; regionalização vs. regionalismo; cooperação e integração regional; o novo regionalismo; uma abordagem eclética; e o modelo dos gansos voadores.

Após o embasamento teórico, tem-se um breve capítulo de contextualização histórica, dado que não se pode entender de forma mais completa o fenômeno da integração sem o contexto no qual se deu o extraordinário crescimento econômico da região. Esse contexto inclui o desenvolvimento das redes de produção, a situação pós-II Guerra Mundial, a Guerra Fria e um panorama da crise financeira asiática de 1997-98.

No capítulo quatro, a intensificação da integração é mensurada por meio do comércio intra-regional e dos IDEs. Além disso, as iniciativas de integração – tanto as que se iniciaram no período estudado, quanto as que foram estabelecidas anteriormente (mas que tiveram influência para a intensificação da integração após a crise) – são descritas sucintamente, pois representam o incremento da cooperação regional.

No capítulo cinco, é onde as hipóteses apresentadas nesta introdução são aprofundadas e desenvolvidas de acordo com a bibliografia utilizada. Procura-se mostrar quais as motivações que levaram à intensificação da integração descrita no capítulo quatro. As hipóteses dividem-se em três: a primeira relacionada às redes de produção, a segunda referente

à crise de 1997-98 e a terceira relacionada à disputa pela liderança regional e à ascensão da China.

O último capítulo é dedicado às conclusões e considerações finais.

## **2 EMBASAMENTO TEÓRICO E ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS**

O presente trabalho baseia-se principalmente na área de estudo chamada de Economia Política Internacional (EPI) para abordar a integração no Leste Asiático. Essa área de estudo faz parte das Relações Internacionais e abrange várias escolas de pensamento. A EPI enfatiza as relações entre os âmbitos político e econômico nos diferentes níveis de análise das questões e problemáticas internacionais.

A escola de pensamento dominante na EPI é a escola americana, da qual Robert Gilpin faz parte. Essa escola utiliza métodos de análise tradicionais das ciências sociais e é considerada ortodoxa. Existe também a escola britânica, da qual Susan Strange é um dos principais expoentes. Nessa escola, a agenda da EPI é mais ambiciosa, considera-se o papel da ação individual – além do nível de análise médio da escola americana (COHEN, 2008).

Para ambas as escolas o Estado é um ator chave no sistema internacional. Como exemplificação da diferença de ênfase dada pelas escolas, pode-se citar a seguinte situação: se os governos nacionais estivessem perdendo o controle, quem faria as regras para o sistema internacional, e como o cumprimento dessas regras seria garantido? Para a escola americana, a resposta são as instituições internacionais; para a escola britânica, a questão é mais complexa do que isso, incluindo outros atores com autoridade, além dos Estados e das instituições internacionais (COHEN, 2008).

No trabalho estão presentes insights de ambas as escolas, mas há uma predominância da escola americana, devido à abundância de material e à forte influência dessa escola no estudo da EPI.

A definição de economia política utilizada no trabalho é semelhante à de Wan (2008, p.5): “economia política significa a interação da política com a economia e pode ser estudada utilizando uma ampla gama de metodologias”.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

Seguem-se nas próximas seções do capítulo os aspectos conceituais e teóricos entendidos como relevantes para a abordagem da integração regional.

## 2.1 O conceito de região

Um conceito que parece essencial definir ao se tratar de integração é aquele que diz respeito a uma região geográfica. Joseph Nye define uma região internacional como: “um limitado número de Estados ligados entre si por um relacionamento geográfico e por um nível de interdependência mútua [...]” (NYE, 1968, p.XII)<sup>3</sup>. Arrighi et.al. (2003) confirmam essa percepção de região, afirmando que a entendem como caracterizada pela interdependência entre os países em uma ampla variedade de dimensões e também pelas interações entre esses países.

Logo, as características semelhantes entre os países não são tão importantes no caso quanto os fatores que ligam uns aos outros em uma determinada área geográfica.

Wan (2008) também considera que uma região geográfica é aquela caracterizada pelo alto grau de interdependência e pelas transações densas entre os países em várias dimensões.

## 2.2 Regionalização vs. Regionalismo

Quando se aborda a integração regional, é essencial fazer uma distinção prévia entre outros dois conceitos que são comumente associados e identificados com esse processo. Quais sejam: a regionalização e o regionalismo.

A regionalização se refere usualmente ao crescimento da integração da sociedade dentro de uma região e ao processo não dirigido de interação social e econômica. É chamada, de acordo com Hurrell (1995), de integração informal ou *soft regionalism*. Segundo esse autor, o termo dá maior peso aos processos econômicos autônomos que levam a uma maior interdependência numa dada área geográfica. Embora seja um processo raramente não afetado pelas políticas dos Estados, as forças motrizes desse movimento vêm dos mercados, dos fluxos privados de investimentos e comércio e das medidas tomadas pelas empresas. A

---

<sup>3</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

regionalização é caracterizada em termos de complexos, fluxos e redes. Não pressupõe uma política consciente dos Estados e nem qualquer impacto sobre as relações desses Estados.

Walter (1995) também enfatiza que a regionalização deriva de forças econômicas naturais e que por mais que resulte de políticas regionais não tem conexão necessária com políticas governamentais.

Segundo o *Trade and Development Report* (UNCTAD, 2007), a integração orientada pelo mercado, que é estimulada pela dinâmica de crescimento regional e está relacionada com a emergência de redes internacionais de produção e fluxos de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), é o que se chama de regionalização.

Tal regionalização é usualmente associada à integração na Ásia pela característica de ser orientada pelo mercado e ter objetivos predominantemente econômicos (MEDEIROS, 2008). Para muitos analistas, o próprio comércio intra-regional seria o resultado natural do fato das economias da região do Leste Asiático estarem entre as mais abertas e que mais crescem no mundo. Só recentemente é que os acordos regionais formais teriam se proliferado, estando também intimamente ligados à mudança no padrão de comércio e investimento na região e, portanto, a forças econômicas reais – e não a considerações políticas que favorecem abordagens regionais, nem a reações negativas contra a globalização que se seguiram à crise asiática (GILL & KHARAS, 2007).

Já o regionalismo estaria relacionado com um processo mais geral, apesar de ser freqüentemente equacionado com a integração econômica regional (HURRELL, 1995). Ao contrário da regionalização, o regionalismo deriva da política consciente dos Estados para coordenar atividades e arranjos numa região e objetiva com assiduidade estimular a regionalização da atividade econômica (WALTER, 1995). A integração definida como induzida pela política, envolvendo arranjos formais de cooperação econômica, é o que se conhece por regionalismo (TDR, UNCTAD, 2007).

Gilpin (2001) ressalta que apesar de existirem processos integracionistas orientados pelo mercado e pela política, ambas as considerações estão presentes em cada movimento regional – o que varia é a intensidade ou importância relativa dos aspectos econômicos e políticos. Fawcett & Hurrell (1995) contribuem com essa opinião sugerindo que mesmo que o regionalismo seja construído sobre considerações econômicas, dificilmente dará certo se existirem divergências sérias em outras questões.

Dessa forma, o regionalismo na região da Ásia-Pacífico tem sido principalmente, mas não inteiramente, orientado por questões econômicas. Isso visto que as considerações políticas japonesas tiveram um papel significativo na origem e no desenvolvimento desse processo (GILPIN, 2001).

Medeiros (2008) faz uma abordagem interessante sobre essa classificação teórica. O autor critica a visão difundida de que a regionalização teria maior espontaneidade que o regionalismo, enquanto a este se atribuiria um maior grau de intervenção estatal. Segundo ele, a regionalização asiática, historicamente, nada teve de espontânea e fez parte de decisões geopolíticas americanas, foi estimulada pelas rivalidades comerciais entre o Japão e os EUA e também foi influenciada pela expansão extraordinária da grande China (Taiwan e Hong Kong inclusos). Contudo, o autor admite a utilidade da distinção conceitual, pois serve, nas suas próprias palavras, para “captar um fato inquestionável: as forças econômicas convergem em determinadas regiões muito mais do que em outras” (MEDEIROS, 2008, p.214).

Para esse autor, a regionalização não constitui apenas um processo de afirmação de acordo econômico, mas também responde a construções políticas voltada para projetos políticos ou em reação a projetos políticos. Interesses geopolíticos estão também presentes no processo de regionalização, ou seja, existem preocupações estratégicas, como as que se referem à segurança militar e à questão energética. Essas preocupações são levadas em conta nos cálculos políticos da integração econômica na Ásia.

Medeiros (2008), a partir dessa idéia, distingue a regionalização voltada ao livre comércio da “regionalização voltada para o comércio estratégico”. A primeira seria estimulada pelos interesses dos Estados Unidos em constituir Áreas de Livre Comércio (ALC) bilaterais, não importando a distância geográfica, para abordar questões sensíveis e impassíveis de conclusão satisfatória em fóruns multilaterais.<sup>4</sup> Em troca de uma maior liberalização em áreas sensíveis, os países em desenvolvimento teriam um maior acesso aos mercados norte-americano e europeu garantido. A segunda regionalização seria aquela na qual a macroeconomia tem outro papel<sup>5</sup>: o do crescimento articulado do conjunto. Isso, por sua vez, dependeria dos aspectos estruturais e da orientação de política econômica do país de maior

---

<sup>4</sup> Essa regionalização é comumente identificada com a idéia do “novo regionalismo”, expressão que será explicada na seção 2.4.

<sup>5</sup> Na regionalização voltada para o livre-comércio visa à estabilidade dos preços e da taxa de câmbio de forma a induzir o setor privado a realizar investimentos na direção das vantagens comparativas.



mercado interno. A expansão dos países menores depende do país maior. O país de maior porte e desenvolvimento, na medida em que as importações da região crescem, teria o dever de cobrir os déficits dos países menores com o resto do mundo via déficit comercial ou de investimentos com esses países.

### **2.3 Cooperação e integração regional**

Sobre a cooperação regional, Medeiros (2008) afirma que a cooperação macroeconômica regional constitui um forte fator para o estreitamento da integração econômica. Aqui vale fazer a distinção entre cooperação e integração regional. De acordo com Cunha, Lélis & Bichara (2008), existe um processo de cooperação regional quando um grupo de países estabelece mecanismos políticos com o propósito de alcançar alguns objetivos comuns capazes de ampliar o bem-estar social e que não seriam possíveis a partir do esforço individual. As medidas de cooperação podem ou não buscar ampliar a integração econômica. Por outro lado, a integração regional se refere ao processo efetivo de integração econômica que pode se dar de duas maneiras principais: regionalismo e/ou regionalização.

De acordo com Hurrell (1995), a cooperação regional deve envolver a criação de instituições formais, mas pode frequentemente estar associada a uma estrutura mais folgada, envolvendo padrões de reuniões regulares com algumas regras atreladas e mecanismos para preparação e *follow-up*.<sup>6</sup> As principais motivações da cooperação regional são: a resposta a ameaças externas, a coordenação em instituições internacionais ou fóruns de negociação e também as já explicitadas acima (ganhos de bem-estar, resolução de problemas comuns, principalmente derivados de elevados níveis de interdependência). Muitas vezes, os Estados consideram a troca de certo grau de liberdade de ação doméstica por uma maior influência prática sobre outros Estados e sobre a administração de problemas comuns como um *trade-off* desejável. Vale ressaltar que altos níveis de institucionalização não são garantia de efetividade nem de importância política.

---

<sup>6</sup> Follow-up: “expressão da língua inglesa que significa o acompanhamento de processos, ou de medidas planejadas, visando verificar se estão sendo executados de forma prevista” (LACOMBE, 2009, p. 294). Basicamente refere-se ao seguimento do que foi acordado em algum fórum ou reunião.

Mayall (1995) acrescenta que, além das motivações necessárias, a cooperação regional requer um alto nível de comprometimento político.

Soma-se a isso, a percepção geralmente aceita de que a cooperação regional formal pode ou não ser precedida, e acompanha os vários níveis, da integração regional efetiva, *de facto*. Ou seja, a cooperação formal não é pré-condição para a integração, em geral existe uma interação dinâmica, de duas vias, entre os dois movimentos (TDR, UNCTAD, 2007).

## 2.4 “Novo Regionalismo”?

Outra expressão recorrente quando se estuda a integração regional é o “novo regionalismo”. Para Fawcett & Hurrell (1995), esse novo regionalismo é caracterizado por uma ampla variação no nível institucional, com muitos agrupamentos regionais evitando as estruturas burocráticas das organizações internacionais tradicionais e do modelo de regionalismo representado pela comunidade europeia. Esse novo regionalismo também é multidimensional, sendo difícil separar as questões políticas e de segurança das econômicas.

Na concepção de Gilpin (2001), esse novo regionalismo se acelerou em meados dos anos 1980, sendo mais global em escopo e envolvendo não só a integração comercial, mas a financeira e de IDE. O Ato Único Europeu teria sido um estímulo para o desenvolvimento de esforços similares.

O TDR (UNCTAD, 2007) destaca explicitamente que o termo “novo regionalismo” é enganoso, pois se refere a acordos comerciais (áreas de livre comércio ou áreas de comércio preferencial) que em geral são bilaterais e envolvem países que não se encontram necessariamente na mesma região geográfica. Tal regionalismo ultrapassa os arranjos e instituições multilaterais, usando instrumentos e perseguindo objetivos econômicos que não obtiveram acordo multilateralmente. O novo regionalismo reflete a tendência de que a globalização é um processo pelo qual o acesso a mercados do ‘norte’ e a atração de IDE provenientes de países desenvolvidos são fundamentais para a integração na economia mundial.

Essa explicação do “novo regionalismo” confunde-se com o que Medeiros chama de regionalização voltada para o livre comércio, a diferença está na forma de abordagem.

Ambos referem-se a uma tendência histórica recente. Porém o TDR conceitua o fenômeno de maneira mais abrangente e teórica enquanto Medeiros o descreve de maneira empírica e mais específica.

## **2.5 Uma “abordagem eclética”**

Com o intuito de compreender melhor os esforços integracionistas recentes, um apanhado dos principais pontos das teorias de Relações Internacionais que dizem respeito à integração pode ser útil. Pode ser útil justamente porque é difícil uma teoria geral abranger todas as explicações do regionalismo. De acordo com Gilpin (2001), as generalizações são inviáveis. Dadas as particularidades de cada processo de integração, é interessante extrair das principais teorias, econômicas e políticas, os aspectos que se aplicam à integração na Ásia.

Gilpin (2001) traduz a utilização dos principais pontos das teorias econômicas e políticas para explicar a integração regional em uma abordagem eclética. Do neoinstitucionalismo pode-se depreender que as instituições internacionais, incluindo as regionais, são estabelecidas para superar falhas de mercado, resolver problemas de coordenação e/ou eliminar outros obstáculos à cooperação econômica; já a teoria marxista supõe que a integração econômica em geral é explicada pelos esforços das classes capitalistas transnacionais para aumentar a escala de acumulação de capital; o realismo vê a integração como um fenômeno político perseguido pelos Estados por motivos econômicos e políticos – além disso, a integração política e econômica deve requerer um líder poderoso que tenha interesse e capacidade de promover um arranjo regional (esse teria sido o caso do Japão na Ásia). Ainda com base no realismo, a regionalização é considerada um meio de estender as preocupações e ambições nacionais em vez de uma alternativa ao sistema internacional centrado nos Estados.

O autor tende a enfatizar as fontes estratégicas e políticas dos esforços regionais. Porém na sua abordagem eclética considera as motivações que podem ser ditas comuns a maioria dos processos de integração. São elas: um motivo econômico, estabelecimento de uma tarifa externa de algum tipo, e/ou um líder (ou líderes) interessado em promover a integração de uma região; um motivo político – embora os interesses dos grupos domésticos devam

moldar os arranjos regionais, eles são produtos primariamente de interesses nacionais como definidos pelas elites dominantes.

Essa abordagem também inclui o reconhecimento de que a falta de uma liderança internacional forte estimula o regionalismo. Além disso, o regionalismo também é orientado pelo que Gilpin chama de “dilema de segurança econômico”, segundo o qual o movimento integracionista entre um grupo de países estimula tal ação entre outros países por medo de exclusão desses acordos e de ter prejuízos no comércio internacional. Por fim, fatores adicionais que influenciam a integração levam em conta a competição oligopolística, o comércio estratégico e as economias de escala.

É interessante mencionar que os elementos referidos por Gilpin como motivações comuns aos movimentos regionalistas e os pontos fortes de cada teoria para explicar o regionalismo estão presentes na análise de Kawai (2005) sobre quais foram as causas que levaram a uma maior institucionalização da integração econômica *de facto* na Ásia. Para Kawai, o regionalismo asiático foi e está sendo: uma resposta defensiva diante da proliferação de arranjos de comércio regionais na Europa e no Ocidente como um todo; o resultado da insatisfação com o progresso da liberalização do comércio e dos investimentos a níveis global e transregional; além de ser útil para realçar a competitividade internacional e produtividade da região por meio da exploração das economias de escala e da eficiência dinâmica. Logo, também existe na região um medo de perder poder de barganha frente aos demais grupos regionais nas negociações multilaterais. Ademais, os acordos regionais servem como alternativa para solucionar os problemas de lenta resolução no âmbito multilateral.

A teoria de Baldwin (1997) sobre o “efeito dominó” do regionalismo se assemelha em parte com o dilema de segurança econômico de Gilpin. Segundo tal teoria os incidentes do regionalismo - por exemplo, a criação de uma ALC - disparam um efeito multiplicador que leva a queda de barreiras comerciais e à “pressão por inclusão” de novos membros, que antes estavam satisfeitos e agora se sentem prejudicados pelo desvio de comércio criado pelo agrupamento regional. Os países que não participam de nenhum arranjo se esforçam para se juntar aos existentes ou formar arranjos paralelos com outras nações excluídas.

Para Hurrell (1995), é aí que está a importância política do regionalismo: na forma como ele é percebido pelos não-membros, nas reações que são geradas a partir das suas percepções e se impõe custos a tais países. Hamanaka (2009) contribui com esse ponto de

vista afirmando que a participação em um processo de integração – quem está incluído e quem está excluído – é crucial para entendê-lo. São os membros que determinam a política regionalista, sendo a ascensão e a queda de vários projetos regionais explicada por fatores relativos à abrangência de membros em grau considerável.

A abordagem teórica do regionalismo feita por Hurrell (1995) contribui com outros pontos das teorias de Relações Internacionais, além dos já mencionados de acordo com Gilpin.

Os neo-realistas consideram que os arranjos regionais podem ser entendidos como formas de pressão ou instrumentos de barganha em negociações multilaterais (essa teria sido a intenção dos EUA ao utilizar a APEC para pressionar a Europa nas negociações da Rodada Uruguaí do GATT). Os agrupamentos regionais poderiam ser também uma resposta natural dos Estados fracos à existência de um poder hegemônico real ou potencial, porém dependentes das atitudes de Estados maiores – ou uma tentativa de restrição do poder da potência regional por meio da criação de instituições regionais. Segundo os neo-funcionalistas, a cooperação leva a mais cooperação, ou seja, os esforços iniciais de integração criam problemas adicionais que necessitam de uma maior cooperação e coordenação para serem resolvidos e dar seguimento ao processo. Já para os neo-institucionalistas, a maior interdependência aumenta a demanda por cooperação. Para os institucionalistas, a regionalização cria problemas materiais que requerem gestão coletiva, sendo a crescente ênfase no regionalismo na Ásia o reflexo da necessidade de administrar a crescente interdependência na região (HURRELL, 1995).

Quanto às instituições, de acordo com Wan (2008), uma das formas mais apropriadas de abordá-las no Leste Asiático, é pela teoria da escolha racional. Segundo essa teoria, os atores racionais procuram maximizar os ganhos e minimizar as perdas em um ambiente estratégico. Contudo, individualmente, o comportamento racional pode levar a problemas de ação coletiva, impedindo a cooperação. Esse problema, em muitas situações esteve e está presente na região estudada. As instituições existem quando o problema da ação coletiva é superado.

Porém, esse mesmo autor ressalta que a abordagem da escolha racional não é suficiente. O institucionalismo histórico a complementa, oferecendo discussões sobre a origem histórica das instituições. Essa abordagem enfatiza o papel do poder e das relações assimétricas entre os diferentes grupos nas instituições.

Wan (2008) ainda observa mais uma teoria das Relações Internacionais que pode explicar o regionalismo: a teoria do regime internacional. De acordo com essa teoria, os regimes internacionais se referem a princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão. Os regimes internacionais podem ser formais ou informais. Os regimes internacionais resolvem problemas de ação coletiva pela redução de custos de transação e pelo encorajamento da reciprocidade por causa das interações repetidas. Basicamente, os teóricos do regime internacional vêem o regionalismo como resultado dos incentivos que as instituições podem fornecer para os países numa região cooperarem por um bem comum.

O mesmo autor também enfatiza que apesar dos esforços de institucionalização feitos no Leste Asiático após a crise financeira de 1997-98, a região ainda é fracamente institucionalizada. Logo, os argumentos das teorias institucionalistas servem mais para explicar a fraca institucionalização regional pela falha em superar o problema de ação coletiva na cooperação regional.

Wan (2008), aproximando-se do argumento de Gilpin (2001), acredita que a melhor maneira de examinar o regionalismo é de uma perspectiva estratégica, é ver os prós e contras das tomadas de decisão nas arenas doméstica e internacional. O regionalismo pode ser visto como um instrumento político flexível para atingir uma variedade de objetivos.

Por fim, deve-se fazer referência a dois pontos que são constantemente citados nas análises dos processos de integração regional. O fator geográfico e o caráter benéfico ou maléfico da integração regional para o sistema multilateral de comércio. Quanto ao primeiro, refere-se à idéia de que os países comercializam mais com os seus vizinhos do que com os demais países, mesmo que aqueles não sejam os parceiros mais eficientes. Há, portanto, uma dimensão espacial em qualquer arranjo regional (TDR, UNCTAD, 2007; WALTER, 1995). Quanto ao segundo, não há consenso sobre se o regionalismo prejudica o comércio multilateral ou não. Existe a tendência de se acreditar que os arranjos regionais são complementares ao livre-comércio e que onde as instituições e negociações multilaterais são insuficientes, eles são uma resposta pragmática ou um *second best* (TDR, UNCTAD, 2007; GILL & KHARAS, 2007). Outros vão mais longe e dizem que os acordos regionais não são uma opção *second best*, mas sim uma forma de fomento à liberalização multilateral (BALDWIN, 1997).

## 2.6 O modelo dos gansos voadores

Vale ainda fazer referência ao famoso modelo dos gansos voadores, ao qual se atribuiu à dinâmica de crescimento do Leste Asiático na segunda metade do século XX. Pode-se dizer que esse padrão de desenvolvimento juntamente com outros fatores – como a situação histórica proporcionada pela Guerra Fria – influenciou na dinâmica da integração regional.

Esse modelo foi desenvolvido por economistas japoneses para descrever o padrão de desenvolvimento, a divisão do trabalho e a transferência de estrutura industrial na Ásia Oriental. Em poucas palavras, o Japão era o ganso chefe e estava no topo do desenvolvimento econômico, financeiro e tecnológico. Esse país transferia capital, tecnologia e indústrias para os países vizinhos, o que proporcionou o crescimento regional. Os “dragões asiáticos”<sup>7</sup> – Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong – representavam as asas do ganso: recebiam a transferência de capital e tecnologia do Japão para desenvolver suas indústrias e, em troca, transferiram parte das suas indústrias intensivas de trabalho para a cauda do ganso. A cauda era representada pelos “tigres asiáticos” - Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia (CHIAN, 2004).

A formação dos gansos voadores agora se refere principalmente a um padrão de ciclo do produto que busca superar o atraso pelo qual as indústrias passam do Japão para os quatro tigres, para os países da ASEAN e para a China (WAN, 2008).

Segundo Chian (2004), foi a partir desse modelo que os países do Leste Asiático fizeram um grande esforço para orientar suas economias para exportações e alcançaram um crescimento sem precedentes. Porém o modelo tem suas limitações, teóricas e práticas, e começou a declinar, a partir dos anos 1990, por diversas razões. Entre as razões que explicam o declínio do modelo estão: a grande dependência em relação ao Japão que o modelo gerou nas economias da região; a recessão econômica sofrida pelo Japão; a posição emergente da China; e a busca por novos modelos de cooperação regional a partir da crise de 1997-98.

De acordo com Medeiros (1997), um dos principais problemas do modelo é que, originalmente, ele supõe que o ganso líder absorva as exportações intensivas em mão-de-obra

---

<sup>7</sup> Nem todos os autores consideram os “dragões asiáticos” e se referem a Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong como “tigres asiáticos” de uma maneira geral. Nesse parágrafo foi mantida a expressão original do autor (CHIAN, 2004) para se referir aos quatro NIEs.

dos países retardatários durante os estágios iniciais do seu desenvolvimento e depois as manufaturas com maior intensidade tecnológica. O autor afirma que, pelos dados, isso dificilmente se verificou entre o Japão e os países do sudeste asiático. Logo, a influência positiva do Japão no desenvolvimento asiático teria sido exercida mais como modelo do que como mercado para esses países.

Medeiros (1997) prefere apresentar o modelo dos gansos voadores de uma forma geral, a partir dessas observações. A hipótese básica se mantém: as manufaturas com menor densidade tecnológica vão sendo reproduzidas sequencialmente em países com menor grau de industrialização que aproveitam os espaços ocupados pelos países mais desenvolvidos. A dinâmica desse processo se atribui: ao ganso líder, que substitui exportações devido à penetração em novos setores com maiores taxas de crescimento e com maiores efeitos expansivos sobre a economia e as pressões do balanço de pagamentos; ao aumento do protecionismo nos mercados consumidores (EUA, por exemplo); ao ganso retardatário, que aproveita os espaços abertos pelo ganso líder em grandes mercados consumidores e introduz técnicas anteriormente desenvolvidas por aquele<sup>8</sup>.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O ressurgimento econômico do Leste Asiático tem sido um dos fenômenos mais marcantes do final do século XX e início do século XXI. Boa parte desse crescimento se deve à interdependência entre as economias da região e, portanto, à sua integração *de facto*. Para se abordar a intensificação recente do processo integracionista é preciso ter uma visão geral de como, em que circunstâncias regionais e globais, se iniciaram o crescimento econômico e a integração, e de quais são as origens da estrutura econômica regional.

Falando-se especificamente sobre as redes de produção, pode-se dizer que suas origens remontam ao período da China imperial, no qual já havia uma organização insipiente de comerciantes chineses. Porém para que se formasse uma economia capitalista na região ainda levaria muito tempo, havendo nessa época apenas uma economia de mercado (ARRIGHI et. al., 2003; WAN, 2008).

---

<sup>8</sup> Basicamente, a reestruturação do modelo dos gansos proposta por Medeiros é o processo que o ADB (2008), GILL & KHARAS (2007) e SOESASTRO (2006) chamam de comércio triangular. Ver seção 4.1.1.



Desde o século XVI, segundo Sugihara (2003), a região tem sido bem sucedida em lidar com a restrição de recursos. Boa parte do sucesso econômico do Leste Asiático foi e ainda é atribuído à intensa utilização da mão-de-obra, ao aumento da eficiência do trabalho sem insumos adicionais de capital ou recursos. Esse padrão se verificou no processo de industrialização do Japão que nos anos 1880 incentivou o uso de tecnologias intensivas em trabalho e a adaptação consciente das tecnologias ocidentais para condições diferentes de combinação de fatores de produção. Os esforços de industrialização japoneses foram seguidos pela China e pela Coreia.

Pode-se dizer que foi durante o período imperialista japonês (apesar das lembranças ruins), até o final da II Guerra Mundial, que o Japão levou para os países da região uma estratégia de desenvolvimento orientada pelo Estado. Em Taiwan e na Coreia do Sul, o Japão criou as fundações para a economia moderna, enfatizando a educação pública e a infraestrutura e criando uma força de trabalho com experiência em atividades agrícolas e industriais relativamente modernas (WAN, 2008).

Quanto às redes de produção chinesas, Hamilton e Chang (2003) consideram que as suas características remontam ao final do período imperial chinês, não tendo a II Guerra Mundial destruído a tradição chinesa. Em vez disso, o regime estabelecido na região, após a II Guerra, pelos Estados Unidos, reviveu inconscientemente algumas características-chave do sistema histórico de comércio tributário do Leste Asiático. O sistema regional pré-existente foi reorganizado e reestruturado aos poucos após a guerra (ARRIGHI et. al., 2003).

Além disso, ainda persistem semelhanças entre as redes de produção modernas e as antigas. Por exemplo, as indústrias têxteis de Taiwan e da China se utilizam de formas organizacionais de sistemas de subcontratação produtiva que existiam há um século. A isso se pode acrescentar a percepção de Arrighi et. al. (2003) de que a China imperial, apesar de não ser considerada uma economia capitalista, poderia ser vista como uma “economia de mercado braudeliiana”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Essa concepção alternativa de capitalismo é baseada na caracterização de Braudel do mundo do comércio como uma estrutura de 3 camadas. A primeira seria a do ‘capitalismo’, a camada mais elevada, onde os participantes do comércio se apropriam dos maiores lucros; a segunda camada, abaixo da primeira, seria a da ‘economia de mercado’, consistindo de compradores e vendedores cujas recompensas seriam mais ou menos proporcionais aos custos e riscos envolvidos nas suas atividades; e a última camada na hierarquia, seria a da ‘não economia de mercado’, de escambo e auto-suficiência, mas cujas atividades são vitais para as camadas superiores (HAMILTON & CHANG, 2003, p.263).

A importância das intensas redes de trocas, já no período recente, pode ser percebida na possibilidade que proporcionaram à superação do abismo entre a China continental e o Leste Asiático criado pela Guerra Fria (ARRIGHI et.al., 2003).

As redes de produção ‘modernas’ foram iniciadas em meados dos anos 1980 após o acordo de Plaza. Seu desenvolvimento se acelerou quando a China e outros países passaram a tomar medidas mais favoráveis em relação aos investimentos externos (GILL & KHARAS, 2007).<sup>10</sup>

Houve durante um grande período uma evolução paralela dos cursos de desenvolvimento do Leste Asiático e da Europa ocidental. As guerras do ópio foram um marco na aproximação dos dois cursos e foi a partir daí que a região foi exposta à competição dos produtos europeus e às tecnologias intensivas em capital (ARRIGHI et. al., 2003).

Até 1945, essa foi a forma que os países da região encontraram para se industrializarem: criando complementaridade e aumentando a produção e os fluxos de comércio internacional para obter ganhos mútuos. No pós-guerra, a industrialização se espalhou para os países de renda baixa e assim que os salários aumentavam em um país, era necessário procurar desenvolver novas indústrias para sobreviver à competição e as atividades com baixos salários passavam e/ou eram desenvolvidas mais competitivamente em outros países com renda menor. Esse efeito, similar ao gerado pelo padrão de desenvolvimento dos gansos voadores, foi o que permitiu o aumento da participação do Leste Asiático no PIB mundial - dentro do padrão caracterizado pela absorção de alta tecnologia do ocidente e exploração dos recursos humanos domésticos (SUGIHARA, 2003).

As mudanças proporcionadas pelo final da II Guerra Mundial e o contexto que veio a seguir, o da Guerra Fria, possibilitaram ao Japão estar à frente do crescimento econômico do Leste Asiático até os anos 1990. Essas mudanças se deram principalmente pela atitude dos Estados Unidos com relação à área: passaram a utilizar o Japão como forma de contenção do avanço da ameaça comunista no Leste Asiático e isso envolvia favorecer de alguma forma o crescimento econômico japonês, nem que fosse liberando-o dos gastos com defesa que passaram a ser utilizados para o desenvolvimento do país (ARRIGHI et. al., 2003).

---

<sup>10</sup> De acordo com Kawai (2005), os fluxos de IDE (boa parte originada no Japão) para o Leste Asiático após esse acordo gerou comércio intra-indústria dentro da região e contribuiu para aprofundar a integração econômica.

Além disso, o Japão aproveitou as oportunidades do pós- II Guerra para expandir suas exportações de bens manufaturados para os países avançados. Ou seja, o contexto deu a oportunidade ao Japão e, posteriormente, a outras economias asiáticas de introduzir sistematicamente industriais intensivas em capital e recursos numa estrutura de trabalho barato e disciplinado (SUGIHARA, 2003).

De acordo com Arrighi et.al. (2003),

O estabelecimento da hegemonia dos EUA no final da II Guerra Mundial transformou inteiramente as relações inter-estatais dentro da região do Leste Asiático e do mundo como um todo. A transformação envolveu uma presença militar externa no Leste Asiático que não tinha precedentes nem à altura do imperialismo do final do século XIX e começo do XX. Ao mesmo tempo, envolveu a emergência de formas híbridas de relações inter-estatais que combinaram características dos sistemas regionais históricos europeu e do Leste Asiático. Foi nesse contexto que a região do Leste Asiático começou a experimentar um renascimento econômico [...] (ARRIGHI, et.al., 2003, p.299).<sup>11</sup>

Foi isso que possibilitou, nos anos 1980, que o Japão, à medida que o salário aumentava internamente – devido a uma apreciação abrupta do Iene que levou a uma escalada nos custos domésticos –, transferisse as atividades que necessitavam de baixos salários para se manterem competitivas para os países vizinhos ou as substituísse por robôs. Essa transferência de importantes segmentos da sua atividade manufatureira *offshore*<sup>12</sup> acelerou a integração regional *de facto* (HAMILTON & CHANG, 2003; SUGIHARA, 2003).

Os EUA, além disso, facilitaram os laços econômicos entre Japão, Coreia do Sul e Taiwan, visto que todos eram protegidos e aliados dos EUA. Quando o governo dos EUA decidiu que reconstruiria o Japão em vez de puni-lo, duas preocupações surgiram: garantir que o Japão permaneceria subordinado aos EUA e encontrar uma saída para as exportações japonesas. A China, antes da guerra, era o principal parceiro comercial do Japão. Sem acesso

---

<sup>11</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

<sup>12</sup> *Offshoring*: “terceirização de serviços ou de produção fora do país de origem da empresa, buscando custos mais baixos sem prejuízo de qualidade. Normalmente é apenas terceirização de mão-de-obra usando pessoas em países de terceiro mundo. Entre os grandes provedores de serviços de *offshoring* estão Rússia, Índia, China e Coreia “(LACOMBE, 2009, p.499).

ao mercado chinês, fontes alternativas tiveram de ser encontradas no sudeste asiático – daí, um dos porquês dos investimentos japoneses se voltarem para essa área (WAN, 2008).

Considerando a região como um todo, desde os anos 1960, a expansão do Leste Asiático se configura como uma mudança global de poder econômico com poucos precedentes na história (ARRIGHI et.al., 2003). Desse período em diante, a renda per capita dos países da região começou a crescer mais rapidamente que a dos países avançados do ocidente e dos demais países. O exemplo mais notável dessa tendência foi o crescimento do PIB per capita do Japão. O “milagre japonês” foi o início do milagre asiático (SUGIHARA, 2003). De 1960 a 1990, a renda real per capita mais do que quadruplicou no Japão e nos quatro tigres – Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan – e mais do que dobrou em três países da ASEAN (WAN, 2008).

Contudo, mesmo depois desse milagre ainda levou um tempo para que o potencial de crescimento da região pudesse ser apreciado. Isso se deveu a um conjunto de fatores, entre eles estavam os resultados da cessação comercial das políticas dos governos comunistas na China; os embargos liderados pelos EUA; e as lutas por independência política de alguns países. Quanto à integração dos países da região ao comércio mundial, a abertura se deu a partir dos anos 1960 quando Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia entraram na zona da economia aberta. A China reabriu as portas ao comércio internacional nos anos 1970. No começo dos anos 1990, a maioria dos países do Leste Asiático participava do dinamismo da economia internacional asiática (SUGIHARA, 2003).

As economias do Leste Asiático seguiram políticas similares orientadas para a produção e para a exportação, e políticas de crédito dirigidas pelo Estado, embora não necessariamente ao mesmo tempo. Sem julgamentos sobre o que prevalece na região para orientar o crescimento, se são as decisões orientadas pelo mercado ou as políticas estatais, é necessário considerar que o Estado teve participação no “milagre asiático” (WAN, 2008).

Segundo Wan (2008), é essencial perceber que não existe uma correlação direta entre estágios de industrialização e políticas econômicas ou regimes políticos. Também é difícil estabelecer qual modelo nacional é superior ou melhor que os demais. Isso normalmente depende do desempenho econômico do país.

Ou seja, o crescimento econômico acaba, muitas vezes, legitimando o regime político seja ele autoritário ou democrático.

Com base nisso, pode-se dizer que a região conheceu e conhece uma ampla variedade de modelos de desenvolvimento: o modelo do Japão, Coréia do Sul e Taiwan, orientado pelas exportações de manufaturados com Estado intervencionista; o modelo de Cingapura e Hong Kong de centro comercial, porto livre; o modelo da Indonésia, Malásia e Tailândia, ricas em recursos naturais; e, além disso, os modelos de economias de transição da China e do Vietnã (WAN, 2008).

Arrighi et.al.(2003) propõem que a importância das heranças históricas para a formação, sustentação e expansão da integração econômica é mais bem concebida focando-se na sucessão de agentes que tiveram papel de liderança no processo de investimentos intensivos em trabalho. Num primeiro estágio, o principal agente foi o governo dos EUA que possibilitou o crescimento da economia japonesa; num segundo momento, foram as corporações japonesas que investiram até englobar toda a região do Leste Asiático. Esses investimentos acabaram por revitalizar as redes comerciais chinesas; e num terceiro período, ainda insipiente, o governo chinês em conjunto com a diáspora capitalista chinesa em Taiwan, Hong Kong (círculo da China), em todo o sudeste asiático e na América do Norte, parece estar emergindo como agente líder na expansão das economias do Leste Asiático em uma época que Japão experimentou uma década de estagnação.

Resumidamente, dentre os incentivos históricos que contribuíram para incremento do diálogo regional no Leste Asiático, no início dos anos 1990, estão o estabelecimento do Ato Único Europeu (1986), a criação do NAFTA, as incertezas dos resultados da rodada Uruguai do GATT e as tensões econômicas entre Japão e EUA (FOOT, 1995).

Apesar de o regionalismo ter estado quase ausente na região durante o pós-guerra, segundo Walter (1995), pode-se citar algumas tentativas de estabelecê-lo. Somente a ASEAN tentou criar um arranjo preferencial de comércio após 1967, mas foi ineficaz.<sup>13</sup> Já nos anos 1990, a Malásia pediu o estabelecimento de um bloco econômico na forma de um Cáucis econômico do Leste Asiático (EAEC) para incluir o Japão, mas excluir os EUA das decisões regionais.

---

<sup>13</sup> A primeira tentativa de integração regional da ASEAN foi um acordo preferencial de comércio (APC) de 1979 que falhou devido à pesada confiança na proteção administrativa e oposição de interesses pessoais agrícolas e industriais (BALDWIN, 1997).

O fim da Guerra Fria trouxe uma maior liberdade para as potências regionais abordarem regionalmente as questões de segurança, mas também aumentou a interdependência e vulnerabilidade dos países. O regionalismo passou a ser usado como forma de evitar a marginalização e a perda de poder de barganha na disputa entre as potências (FAWCETT, 1995).

### **3.1 Um panorama da crise financeira asiática de 1997-98**

Visto que a crise financeira de 1997-98 é considerada um marco no processo de integração – e que teve efeitos sobre o comércio e os investimentos intra-regionais –, antes de abordar a mensuração e a descrição da integração no período recente, faz-se necessária a apresentação de uma visão geral da situação gerada pela crise e das causas que lhe são comumente atribuídas.

A crise começou em julho de 1997 quando a Tailândia abandonou a defesa do Baht contra ataques especulativos, que havia sido curta, porém custosa. Os ataques especulativos se espalharam rapidamente. A maneira como a crise se espalhou e a sua brevidade sugerem que o pânico financeiro foi uma das suas principais causas. Contudo, por se tratar de um fenômeno econômico, provavelmente, ocorreu devido a uma combinação complexa de causas (ADB, 2008).

Na maioria dos países atingidos, a crise seguiu um padrão similar: uma crise de taxas de câmbio que levou a uma depreciação da moeda local, sendo seguida por uma crise no sistema bancário, que gerou uma crise econômica generalizada, que resultou em uma crise social e posteriormente política. Porém vale ressaltar que a crise não atingiu os países com igual intensidade. Alguns foram mais afetados que outros. A Indonésia está entre os países que foram mais afetados (WAN, 2008).

De acordo com Kawai (2005), a liberalização da conta de capital e o do sistema financeiro contribuiu com o rápido crescimento econômico – por meio da atração de capital de curto e longo prazo – e aprofundou a interdependência orientada pelo mercado, mas também trouxe vulnerabilidades na forma da crise de 1997-98.

Rana (2002) destaca a visão consensual de que a crise teria sido o resultado de uma combinação da fraqueza estrutural dos sistemas financeiros com uma crise de confiança que levou à corrida aos bancos e à saída de dinheiro.

A crise diferiu das anteriores por se tratar de uma crise da conta de capital; por se dever a causas estruturais – liberalização prematura do setor financeiro, governança fraca e erros de medidas para gerir os fluxos de capital privado; e pelo contágio financeiro regional que mostrou (JOMO, 2001; RANA, 2002).

Na concepção de Wan (2008), assim como na de Rana (2002), a crise se deu por uma combinação de fatores. O capital especulativo, obviamente, foi importante para a crise asiática, até mesmo porque os países com maior controle de capitais – como China e Vietnã – foram menos atingidos. Contudo, esse fator não ocorreu isoladamente. Também contribuíram para a crise as políticas econômicas insustentáveis.

Os países procuravam manter o atrelamento das suas moedas ao dólar, com taxas de câmbio fixas, mas queriam manter a autonomia da política monetária e a abertura financeira simultaneamente. Isto é o que se chama de “trindade impossível” ou trilema (GILL & KHARAS, 2007; WAN, 2008).

Outro fator que contribuiu para a crise foram as relações políticas entre o governo e as empresas. Normalmente, as empresas com melhores conexões políticas recebiam mais dinheiro, não sendo necessariamente as mais eficientes. É o que se chama de *crony capitalism*<sup>14</sup> (WAN, 2008).

Entre as conclusões derivadas da crise estão as constatações de que o rápido crescimento gera tensões estruturais – e no caso do Leste Asiático mascarou a deficiência do sistema financeiro – e de que as conexões e os *spillovers* são mais profundos e significativos na região do que se imaginava (ADB, 2008).

Não se deve considerar, com base em Wan (2008), que a crise pôs fim ao “milagre econômico” asiático e, mesmo se tivesse posto, não significaria que o milagre não ocorreu. Todas as economias de mercado passaram por crises econômicas. Além disso, o Leste Asiático, com exceção da Indonésia, recuperou o crescimento em dois anos – isso sem contar a China que continuou o ritmo acelerado de crescimento no decorrer da crise.

---

<sup>14</sup> O significado de *Crony Capitalism* aproxima-se do que se chama no português de capitalismo clientelista.

## 4 MENSURAÇÃO DA INTEGRAÇÃO NO LESTE ASIÁTICO

Para a mensuração da integração regional no Leste Asiático são utilizados, no presente capítulo, o comércio intra-regional, o crescimento das exportações e importações regionais, além dos IDEs intra-regionais.

### 4.1 A intensificação da integração econômica regional

A integração econômica regional é usualmente representada pelo comércio intra-regional. O comércio intra-regional aponta a parcela do comércio total de uma dada região que é realizada na própria região. Esse comércio é representado pelas exportações da região para a região em relação às exportações da região para o mundo e do mundo para a região.

Além do comércio intra-regional, no caso do Leste Asiático, deve-se considerar a relevância que os investimentos regionais tiveram e ainda têm na formação e na evolução da estrutura econômica regional.

#### 4.1.1 A integração comercial

É importante considerar, antes de qualquer coisa, que o comércio do Leste Asiático, apesar de ser muito forte regionalmente, ocorre de forma muito expressiva com o resto do mundo. As suas exportações representam aproximadamente um quinto do total mundial (e dobraram nos seis anos após a crise), o que quantitativamente são mais de US\$ 2 trilhões por ano – sendo a região uma das regiões de comércio mais abertas. Isso não impede, contudo, que o comércio intra-regional cresça mais rapidamente do que as ligações comerciais e de investimento com os países e blocos de fora da região (GILL & KHARAS, 2007).

Outro fator significativo no comércio regional e que está relacionado com o seu incremento recente é o fato de a China ter aderido à OMC em novembro de 2001, passando a oferecer maiores oportunidades às exportações asiáticas, com um mercado que cresce rapidamente. A China atualmente é o terceiro maior *trader* do mundo e o maior do Leste Asiático, tendo superado o Japão já em 2004. Para os países da região, a China é um grande parceiro comercial. Ela é o segundo mercado de exportação do Japão e o seu maior



fornecedor, é também o maior mercado de exportação da Coreia do Sul e o seu segundo maior fornecedor. Além disso, mais da metade das importações chinesas provém do Leste Asiático. É devido à China que mais da metade do comércio do Leste Asiático ocorre dentro da região, demonstrando um grau de integração que faz paralelo à União Européia<sup>15</sup> (GILL & KHARAS, 2007).

Gill & Kharas (2007) também ressaltam a importância do componente geográfico no comércio de bens, afirmando que o volume de comércio intra-regional na região é maior do que o que seria racionalmente explicado pelas teorias tradicionais de comércio.

Estatisticamente, China, Hong Kong, Coreia do Sul e Japão importam de oito a dez vezes mais da região do que alguém poderia prever baseado em muitos modelos econômicos. A tendência a importar dos vizinhos é mais pronunciada no comércio de partes e componentes em relação ao comércio total, mas a tendência chave se mantém: existe uma dimensão regional do comércio que é incapaz de ser explicada por modelos econômicos tradicionais [...] (GILL & KHARAS, 2007, p.22).<sup>16</sup>

As economias do Leste Asiático têm-se voltado crescentemente umas para as outras para o comércio (WAN, 2008). Porém, o aumento do comércio intra-regional não deveria ser interpretado como uma reorientação dos exportadores em direção à Ásia em detrimento do resto do mundo. A região cresce mais rapidamente que o resto do mundo, logo, o comércio intra-regional não aumenta à custa do comércio extra-regional (GILL & KHARAS, 2007; KAWAI, 2005; SOESASTRO, 2006; WAN, 2008). Um estudo do *Asian Development Bank* (ADB) (ADB, 2008)<sup>17</sup> complementa essa visão afirmando que o comércio da região com os quatro maiores agrupamentos econômico mundiais aumentou na última década. Kawai (2005) sugere, a partir dessa constatação do não-desvio do comércio, que a competitividade das exportações se mantém frente aos países de fora da região.

Uma representação freqüente que se faz da estrutura de comércio da região, baseia-se no comércio triangular – que representaria boa parte do comércio intra-regional. Nesse

---

<sup>15</sup> A China passou a integrar essa dinâmica mais efetivamente entre 1994 e 2004 – período no qual o nível das suas importações regionais começou a aumentar representativamente (GILL & KHARAS, 2007).

<sup>16</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

<sup>17</sup> ADB, 2008. *Emerging Asian regionalism: a partnership for shared prosperity—highlights*.

comércio triangular, resumidamente, o Japão e os NIEs (*Newly Industrializing Economy*)<sup>18</sup> exportam bens intermediários para a China e para os países da ASEAN que completam o processo produtivo e exportam bens finais para a União Europeia e para os Estados Unidos (ABD, 2008; GILL & KHARAS, 2007). Esse padrão de comércio regional também mostra a vitalidade do comércio extra-regional para as economias asiáticas (ADB, 2008).

Para Soesastro (2006), a inclusão da China nesse comércio triangular estabeleceu um novo padrão de comércio, expandiu a “fábrica da Ásia”<sup>19</sup>, o que inclui a expansão das importações chinesas provenientes da região e o aumento das exportações chinesas para terceiros mercados.

Além desse padrão e da rápida expansão do comércio, tem ocorrido uma mudança na composição do comércio regional. As exportações se moveram de manufaturas mais leves (papel, móveis, têxteis, etc.) para manufaturas mais sofisticadas como maquinário, com destaque para equipamentos de telecomunicação e escritório (maquinário elétrico). Quanto ao comércio de partes e componentes, a China aumentou tanto suas importações quanto suas exportações recentemente. A China, os NIEs e os países da ASEAN aumentaram suas exportações de partes e componentes à custa do Japão. Os NIEs e os países da ASEAN perderam participação nas importações de partes e componentes para Japão e China. Está ocorrendo uma reorientação da exportação de componentes dos países em desenvolvimento para a China (GILL & KHARAS, 2007), dentro da tendência de incremento das importações chinesas regionais (já destacada).

À expansão e à modificação da composição do comércio intra-regional, acrescenta-se a constatação de que isso tem sido acompanhado pelo aumento da complementaridade comercial das economias nos últimos 15 anos, sugerindo crescentes similaridades nos perfis de exportação e importação de alguns países da região (GILL & KHARAS, 2007).

Soesastro (2006) afirma que o fato de as exportações intra-regionais estarem aumentando na região já é bem claro, porém o que é mais interessante é o aumento relativamente mais rápido das importações intra-regionais. Segundo Gill & Kharas (2007), isso mostra a existência das redes, nas quais os mesmos produtos circulam e são

---

<sup>18</sup> Os NIEs são: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong.

<sup>19</sup> Expressão utilizada por Baldwin para se referir às redes de produção asiáticas.

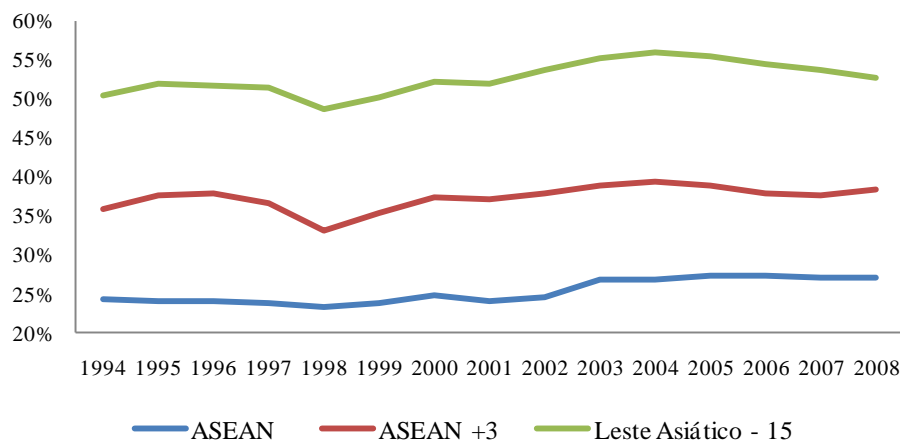
incrementados em diferentes países da região, e também o aumento da participação do comércio intra-indústria no comércio intra-regional.

De acordo também com Soesastro (2006) o comércio intra-regional aumentou em todos os agrupamentos do Leste Asiático – ASEAN, ASEAN +3, EAS e APEC.

Isso mostra a dinamicidade das economias da região dentro da tendência de aumento do comércio global e do comércio nos arranjos regionais. Esses movimentos recentes no comércio intra-regional podem ser mais bem avaliados com algumas representações gráficas.

Gráfico 1: Comércio intra-regional no Leste Asiático

**Comércio intra-regional no Leste Asiático de 1994 a 2008**  
(% do total)



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicador.php>>. Acesso em: 3 out.2009.

Notas: O comércio intra-regional é uma proporção, em percentagem, do comércio total da região e do comércio total dos seus respectivos grupos.

A ASEAN inclui os seguintes países: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Tailândia, Vietnã e Cingapura.

O ASEAN +3 inclui os 10 países da ASEAN mais Japão, China e Coréia do Sul.

O Leste Asiático – 15 inclui os países do ASEAN +3 mais Hong Kong e Taiwan.

No gráfico 1 estão representados o comércio intra-regional do Leste Asiático como um todo, assim como o comércio intra-regional de dois agrupamentos compreendidos dentro do Leste Asiático, um agrupamento mais restrito – ASEAN – e um agrupamento mais abrangente – ASEAN +3.

Neste gráfico pode-se perceber que o comércio intra-regional dos agrupamentos maiores – ASEAN+ 3 e Leste Asiático-15 – foi afetado sensivelmente pela crise de 1997-98.

Já o comércio intra-regional da ASEAN praticamente não sentiu a crise. Isso se deve ao fato de a proporção do comércio da ASEAN realizada com a própria ASEAN não ser tão elevada. No período analisado, o comércio intra-regional da ASEAN manteve-se estável, entre 25 e 27% do seu comércio total. Logo, nota-se que a crise afetou mais o seu comércio com os demais países da região, pois tais parceiros extra-bloco representam uma parcela significativa do seu comércio total.

Pode-se inferir ainda a partir do mesmo gráfico que a crise financeira de 1997-98 teve um efeito passageiro no comércio intra-regional de todos os agrupamentos. Já em 1999, as economias voltaram a crescer, significando um aumento na parcela do comércio que é realizada regionalmente.

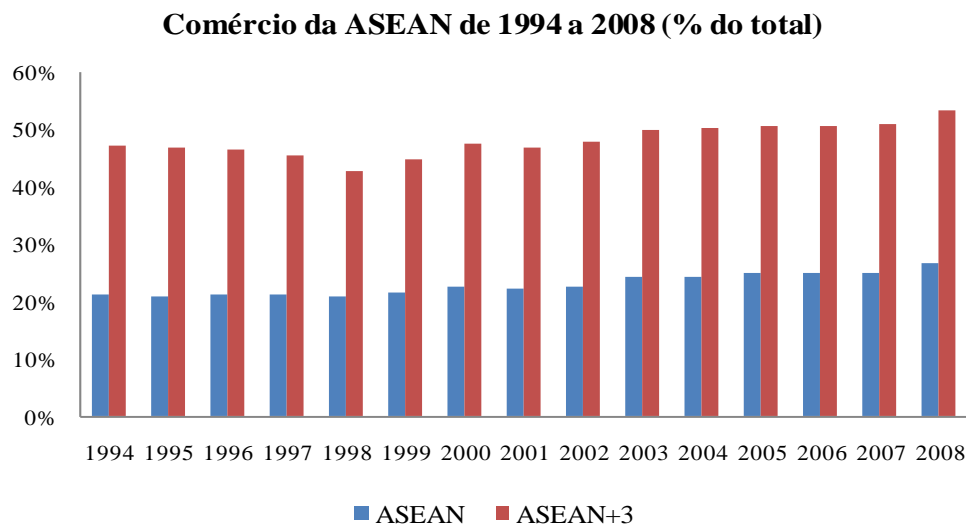
O comércio intra-regional do Leste Asiático-15 teve seu pico em termos percentuais em 2004 quando representou 56% do comércio total da região. Atualmente, 2008, o comércio intra-regional do Leste Asiático está em torno de 52,6% do comércio total. Um nível de comércio que realmente se equipara com os níveis comerciais intra-regionais verificáveis nos âmbitos do NAFTA e da UE.

O pico do comércio intra-regional na ASEAN se deu em 2005 quando estava em torno de 27% do comércio total. O maior comércio intra-regional no âmbito do ASEAN+3 ocorreu em 2004: 39,2% do comércio total. Em 2008, o comércio intra-regional da ASEAN ainda estava em torno de 27% e o do ASEAN+3 caiu para 38%.

A influência da adesão da China à OMC em 2001 para o incremento do comércio regional também parece se confirmar na visualização do gráfico. Isso porque o comércio intra-regional aumentou após 2001, notavelmente nos grupos Leste Asiático-15 e ASEAN+3.

Deve-se levar em consideração também que o comércio intra-regional aumentou não somente devido à maior abertura chinesa, mas também a fatores externos como a recessão econômica vivida nos EUA e em outros países desenvolvidos em 2001. É interessante perceber que de 2001 para 2004 o comércio intra-regional cresceu 13% na ASEAN, 5,8% no ASEAN+3 e 7,6% no Leste Asiático-15.

Gráfico 2: Comércio da ASEAN



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicator.php>>. Acesso em: 3 out.2009.

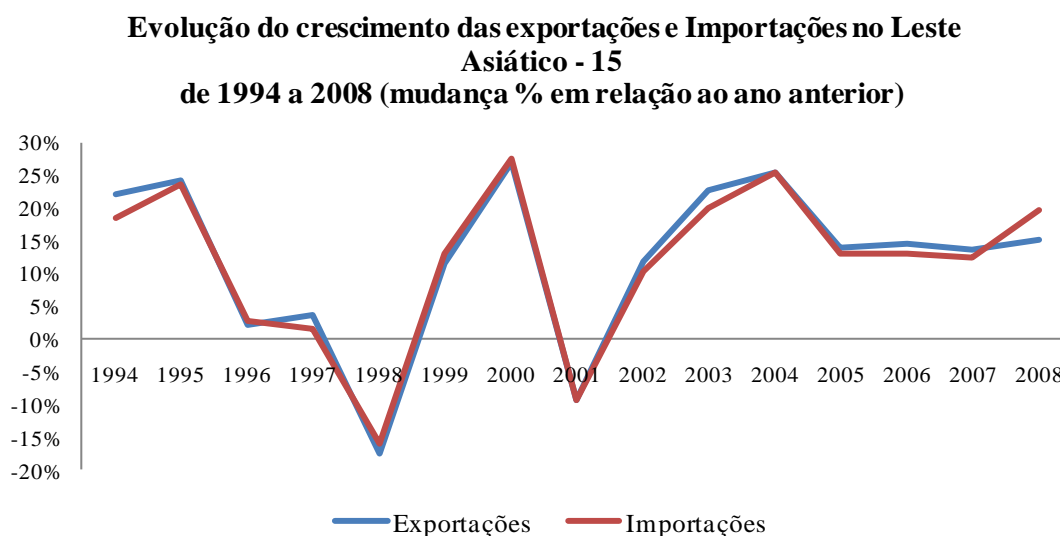
No gráfico 2 tem-se o comércio intra-regional da ASEAN e o quanto do seu comércio é realizado entre os seus membros mais as três grandes economias do Leste Asiático – Japão, China e Coréia do Sul. Pode-se perceber que o comércio intra-bloco da ASEAN permaneceu mais ou menos constante no período analisado enquanto o comércio da ASEAN com os países do grupo ASEAN+3, apesar de ter sido afetado pela crise, recuperou a proporção pré-crise e voltou a crescer de 1999 em diante.

Em 1998, o grupo ASEAN+3 representava 42,8% do comércio da ASEAN. Já em 2008, esse percentual passou para 53,3% do comércio do bloco.

Isso mostra, entre outras coisas, que as relações comerciais com as grandes economias da região são essenciais para os países da ASEAN. A significância do comércio no âmbito do ASEAN+3 é visível também nas iniciativas de integração dos países da ASEAN, separadamente, com China, Japão ou Coréia do Sul e da ASEAN em conjunto com cada um deles<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> Ver seção 5.1.1.1.

Gráfico 3: Evolução do crescimento das exportações e importações intra-regionais



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicador.php>>. Acesso em: 3 out.2009.

O gráfico 3 mostra a evolução do crescimento das exportações e importações intra-regionais de 1994 a 2008 em percentual.

Pode-se notar que em quase em todo o período houve coincidência nas tendências de crescimento e retração das exportações e importações. O efeito da crise financeira de 1997-98 é visível tanto nas importações quanto nas exportações. Sendo que ocorreu uma retração das exportações de 17,5% e das importações de 16% em 1998.

Aqui também é perceptível a rápida recuperação do crescimento da região: enquanto em 1998 experimentaram um crescimento negativo, em 1999 as exportações cresceram 11,5% e as importações 13%. Em 2000, o crescimento das exportações saltou para 26,8% e o das importações para 27,4%.

Em 2001, quando as economias estavam se recuperando da crise, houve nova desaceleração, porém dessa vez causada por fatores ‘externos’ à região. Entre as causas dessa desaceleração estão, provavelmente, a queda da demanda global alimentada pela recessão norte-americana e pelos fatores políticos – 11 de setembro.

Dessa vez, inclusive Hong Kong, Cingapura e Taiwan que haviam escapado relativamente bem da crise financeira de 1997-98, sofreram impacto negativo (WAN, 2008).

Contudo, logo as exportações e importações intra-regionais voltaram a crescer. Em 2002 já haviam crescido 11,6% e 10,2% respectivamente, e, em 2004, ambas as exportações e as importações apresentaram um crescimento incrível de 25%.

A partir de 2007, percebe-se o início de um descolamento do crescimento das exportações e das importações. Nesse curto espaço de tempo, 2007-8, as importações intra-regionais cresceram mais rapidamente. As exportações cresceram 15% em 2008 enquanto as importações cresceram quase 20%. Apesar do crescimento menor que em 2004, mantêm-se níveis mais elevados do que aqueles pré-crise.

#### **4.1.2 A integração por Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE)**

Quanto aos investimentos diretos estrangeiros intra-regionais, pode-se dizer que estão se expandindo, acompanhando o crescimento do comércio intra-regional. O fluxo de IDEs aumentou na região depois da crise de 1997-98 (GILL & KHARAS, 2007).

Vale ressaltar, segundo Kawai (2005), que os EUA não são mais um parceiro comercial dominante para muitas economias do Leste Asiático, já que os mercados regionais para produtos finais estão se alargando rapidamente. Grande parte dos influxos de IDE da região é proveniente da própria região.

Houve, no período estudado no trabalho, uma queda na participação dos IDE dos EUA e da União Européia na região, em contraste com os laços regionais crescentes. O IDE é mais significativo hoje, dadas a abertura das economias aos investimentos<sup>21</sup> e a liberalização dos seus regimes de investimentos estrangeiros (GILL & KHARAS, 2007).

Gill & Kharas (2007) ressaltam que as economias estão crescentemente interligadas pelos IDEs. Economias como Hong Kong, Japão, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan tem ligações entre si e igualmente com a China. A China recebe aproximadamente dois terços dos seus IDEs de outras partes do Leste Asiático, sendo o receptor dominante de IDEs. Das economias da região, somente a Indonésia – que era um alvo principal dos IDEs japoneses – parece menos interligada após a crise.

---

<sup>21</sup> A abertura ao investimento estrangeiro é medida por um índice que considera: o estoque de IDE (entrada) mais o estoque de IDE (saída) em relação ao PIB.

Além disso, Coréia do Sul e Taiwan, historicamente, não confiam em estratégias baseadas na recepção de IDE<sup>22</sup> (GILL & KHARAS, 2007). Wan (2008) conta que essas e outras características da Coréia do Sul e de Taiwan remontam ao período de dominação japonesa. Note-se que o Japão também nunca confiou na recepção de IDEs, existindo até hoje muitas restrições à entrada desses investimentos.

É interessante considerar que existe um forte componente político que influi nas escolhas dos países quanto à maior ou menor abertura aos IDEs. Jomo (2001) e Wan (2008) citam, como exemplo da influência política nos incentivos aos IDEs, duas economias: Cingapura e Malásia. Quando Cingapura se separou da Malásia em 1965, o governo decidiu que para garantir a sua sobrevivência era necessário atrair investimentos externos massivamente para que as maiores potências passassem a defender a sua existência. Na Malásia, dada a diversidade de grupos étnicos, o governo procurou diminuir a influência econômica dos chineses étnicos no país – e, dessa forma, aumentar o poder dos nativos malaios (*malays*) – por meio do incentivo aos IDEs.

A relevância da China, como principal receptor de IDE dos demais países da região, é notável a partir do que ela recebe de investimentos com relação ao total que os países do Leste Asiático investem no exterior. Essa constatação está disposta no gráfico 4.

O gráfico 4 expressa os influxos chineses acumulados de IDE dos principais países investidores da região e do Leste Asiático como um todo.

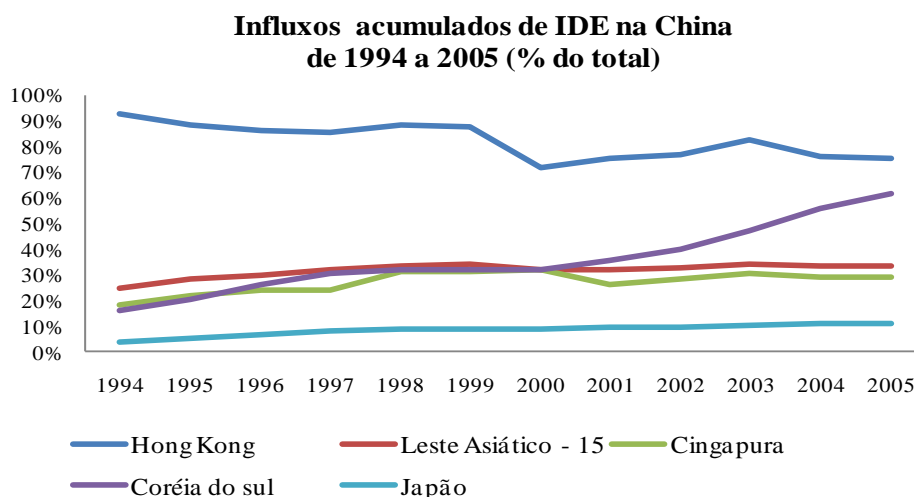
A partir do gráfico, infere-se que a proximidade também é relevante para os IDEs como afirmam Gill & Kharas. Já que Coréia do Sul e Hong Kong são as economias asiáticas que mais investem na China. A China representava em 2005 mais de 60% dos investimentos estrangeiros coreanos e 75% dos investimentos de Hong Kong.

---

<sup>22</sup> Nesses países, onde o regime de câmbio era mais restritivo, o processo de *offshoring* aconteceu por meio de acordos comerciais e não por IDEs (GILL & KHARAS, 2007).



Gráfico 4: Influxos acumulados de IDE na China provenientes dos maiores investidores asiáticos



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicador.php>>. Acesso em: 4 out.2009.

Nota: os dados do ano 2005 são os mais recentes disponíveis no site.

No caso da Coréia do Sul é nítido o momento em que passou a investir mais na China: a partir de 2001. Por volta de 2000, os investimentos na China representavam 31,6% dos IDEs coreanos, em 2005 esse número foi 61,2%.

É possível ver ainda que a parcela de investimentos dos países investidores que vai para a China aumentou depois da crise de 1997-98 – com a exceção de Hong Kong. Os investimentos de Cingapura na China, a partir de 1998, mantiveram-se em torno de 30% e os do Leste Asiático –15, em torno de 33%. Em 1998, os IDEs acumulados na China provenientes da Coréia do Sul eram 32,2% dos investimentos desse país, e do Japão 8,7%. Em 2005 esses valores eram respectivamente: 61,2% e 11,2%.

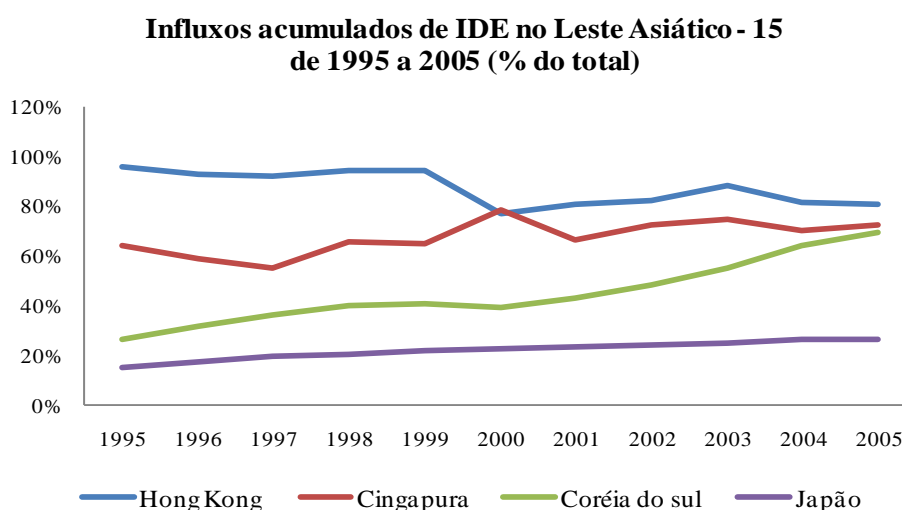
Após ressaltar a importância da China como receptora de IDEs é válido enfatizar uma situação que não é muito comentada – até por ser uma iniciativa relativamente recente: o incentivo do governo chinês para que a China realize IDEs na região e no mundo.

Essa mudança de atitude passou a ocorrer por volta do ano 2000 e tem como objetivo a aquisição de recursos naturais, a promoção de exportações e a contratação de projetos. Normalmente, quando a China adquire empresas no exterior mantém os seus nomes/ as

marcas, assim como os gerentes e a força de trabalho, pois visa adquirir tecnologias e habilidades de administração (WAN, 2008).

Quanto aos investimentos intra-regionais no Leste Asiático, pode-se dizer que têm se elevado, assim como as suas fontes regionais têm se diversificado. Essas tendências, semelhantes às dos investimentos regionais voltados para a China, são melhores compreendidas a partir dos gráficos 5 e 6.

Gráfico 5: Influxos acumulados de IDEs no Leste Asiático – 15



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicador.php>>. Acesso em: 4 out.2009.

No gráfico 5, têm-se os influxos de IDE no Leste Asiático derivados dos países da região que mais investem. Nota-se aí que os investimentos de Japão, Coreia do Sul e Cingapura aumentaram na região depois da crise. Os investimentos de Hong Kong caíram, mas permanecem elevados.

Em 1998, os investimentos na região representavam 65% dos IDEs de Cingapura, em 2005 esta porcentagem encontrava-se em torno de 72%. Já na Coreia do Sul o salto foi mais significativo, enquanto em 1998 direcionava 39% dos seus investimentos para a região, em 2005 direcionava 69%.

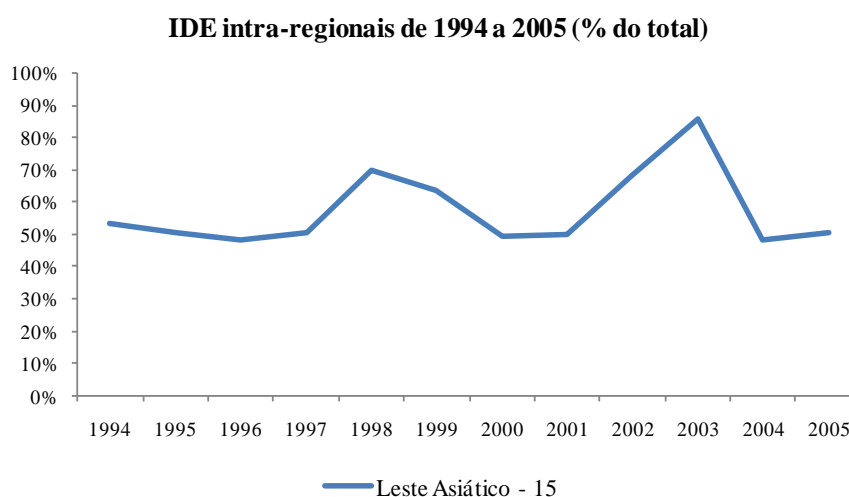
O Leste Asiático, em termos percentuais, não condiz a uma parcela muito ampla dos investimentos japoneses, justamente por estes serem mais diversificados e espalhados pelo

mundo. Contudo, também nota-se o aumento dos investimentos japoneses na região. Em 1998, os IDEs na região eram 20% dos seus investimentos, passando para 26% em 2005.

No caso de Hong Kong, apesar da queda da participação da região nos seus IDEs, a percentagem dos IDEs que se destina ao Leste Asiático ainda é muito significativa: 80%.

Vale ressaltar que das economias do Leste Asiático que mais investem, três delas têm mais de 50% dos seus IDEs voltados para a região.

Gráfico 6: Investimento direto estrangeiro intra-regional



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponíveis em: < <http://www.aric.adb.org/indicator.php>>. Acesso em: 4 out.2009.

O gráfico 6 refere-se aos IDEs intra-regionais no Leste Asiático –15. Representa a parcela dos influxos regionais de IDE provenientes da própria região. De 1994 a 2005 ocorreram duas oscilações positivas nos IDEs intra-regionais. A primeira de 1997 a 1998, tendo seu auge em 1998, quando os IDEs feitos por países da região na própria região representaram 70% dos IDEs; e a segunda, de 2001 a 2003, estando o pico em 2003 com 86% dos IDE dos países do Leste Asiático estando voltados para a região. Em 2004 e 2005<sup>23</sup> nota-se o início de um possível período de ascensão dos IDEs intra-regionais.

<sup>23</sup> Na base de dados do ARIC, os dados de IDE referentes a 2006, 2007 e 2008 ainda não estão disponíveis.

Kawai (2005) e Soesastro (2006) observam que o aumento dos investimentos dos NIEs asiáticos contribui para a integração das economias da região por meio dos IDEs e do comércio orientado pelos IDEs. Isso porque uma característica essencial da região é o nexos que existe entre os IDEs e o comércio. Um determinante básico desse nexos é o estabelecimento das redes regionais de produção e cadeias de oferta de corporações transnacionais. Para Gill & Kharas (2007), a coexistência dos maiores fluxos de IDE (em boa medida verticais) com o comércio intra-regional em expansão é evidência de que as redes regionais de produção também estão se expandindo.

Por fim, ainda é relevante mencionar, de acordo com Wan (2008), que após a crise os governos asiáticos se tornaram mais interessados nos IDEs, por serem menos arriscados que outras formas de investimento – investimentos de portfólio, por exemplo.

#### **4.1.3 As redes regionais de produção**

Como já comentado, vários autores notam que as redes regionais de produção são uma mostra do quão os investimentos e o comércio estão interligados na região. Vale mencionar brevemente as suas principais características.

Com base em Wan (2008), pode-se dizer que as redes regionais de produção são basicamente criadas por firmas asiáticas e não-asiáticas, mostrando que elas integram as redes globais de produção. Além disso, na maioria dos casos, foram as empresas privadas que estabeleceram as ligações intra-regionais na busca de vantagens competitivas no mercado global. Os jogadores principais, que criaram as redes na região, foram as firmas japonesas, americanas, européias, sul-coreanas e as firmas dos chineses étnicos.

De acordo com a orientação dada às redes por esses atores, seguem-se três tipos básicos de redes. Uma rede de orientação japonesa que tende a ser tecnológica e mais fechada – dada a relutância das empresas e corporações japonesas em transferir tecnologia avançada para os produtores locais; uma rede de orientação chinesa, mais comercial, espalhada, flexível, que transfere mais tecnologia para os produtores locais e que a partir de meados dos anos 1980 passou a incorporar manufatureiros americanos; e, por fim, uma rede constituída por corporações européias e americanas, menos profunda que a chinesa, mas mais propicia à

transferência de tecnologia. Isso mostra que nem todas as redes são controladas por corporações japonesas (KATZENTEIN, 2003).

Segundo Katzenstein (2003), as redes de produção chinesas representam uma alternativa às alianças de produção centradas no Japão<sup>24</sup>. Muitas vezes, essa alternativa alia as redes comerciais e manufatureiras chinesas e a tecnologia das corporações norte-americanas. Nos anos 1990, ocorreu a concentração dessas redes chinesas em torno de produtores baseados em Taiwan e Cingapura.

Isso está ocorrendo, em parte, porque as firmas japonesas são mais centralizadoras e mais hesitantes em empregar gerentes locais. Essas características são percebidas no fato de o fornecimento de componentes para as subsidiárias japonesas provir do próprio Japão. Além disso, as firmas japonesas mantêm a maioria das atividades de P&D em casa. Já as subsidiárias americanas são mais capazes de transferir tecnologia e atividades de P&D para mercados locais. Inclusive, a combinação de firmas americanas e de chineses étnicos ajudou a erodir a dominação japonesa na área eletroeletrônica na Ásia e também a promover o ressurgimento da dominação dos EUA nessa indústria (WAN, 2008).

Resumidamente o processo que ocorre nas redes de produção envolve fluxos de investimentos intensivos em trabalho que vão de países de alta renda para países de baixa renda e fluxos de exportações que vão desses países de baixa renda para países de média e alta renda. Nesse espaço de fluxos regionais, os investimentos intensivos em trabalho envolvem a transferência de atividades para locais que fornecem trabalho barato e mais abundantemente para conter os custos de produção e consumo nos locais de renda mais elevada (ARRIGHI et.al., 2003).

Quanto ao crescimento do comércio intra-regional, ele é atribuído em grande parte a uma combinação de fatores que culmina na formação dessas redes e na fragmentação produtiva – cada passo da produção é separado e produzido onde existe o custo mais eficiente (como ressaltam Arrighi et.al.). Esses fatores seriam: os baixos salários, a força de trabalho qualificada, as tecnologias sofisticadas, o crescimento elevado da produtividade, os mercados amplos e a habilidade de arranjar as vantagens de produção mais diversas (ADB, 2008).

---

<sup>24</sup> O Japão foi um dos primeiros países a adotar o sistema *offshoring* e desenvolver os sistemas organizacionais necessários para estabelecer as redes de produção. Os bancos e investidores japoneses tiveram um papel fundamental no desenvolvimento inicial das redes (GILL & KHARAS, 2007).

Segundo estudo do ADB (2008), a ascensão das redes é uma tendência orientada pelas tecnologias de informação e comunicação e elas têm sido bem sucedidas na região devido aos diferentes níveis de desenvolvimento ali presentes, às ligações intra-regionais fortes e à capacidade de realizar mudanças tecnológicas e organizacionais. Soma-se a isso a centralização dessas redes em torno da China – porém com a participação de todas as economias. As redes têm levado à massiva expansão do comércio intra-indústria de partes e componentes.

Como afirma Wan (2008, p.243), “as redes de produção [...] significam que é preciso ter uma perspectiva regional das exportações do Leste Asiático por causa da transferência de exportações de um país para o outro por meio de investimentos diretos”.

Gill & Kharas (2007) acrescentam que graças às diferenças entre as economias existe uma grande complementaridade entre as mesmas. Dada a ampla gama de fatores envolvidos nas redes comerciais, nenhum país domina a cadeia de produção inteira. Cada país encontra seu nicho e participa das oportunidades de crescimento regional.

Quanto à organização das redes, dois tipos principais são identificados. O primeiro envolve amplas corporações transnacionais que produzem um conjunto padronizado de bens em diferentes localizações; o segundo envolve grupos de pequenas e médias empresas localizadas em diferentes países e que são ligadas por meio da subcontratação internacional de uma firma líder. O primeiro tipo é o predominante no Leste Asiático (TDR, UNCTAD, 2007).

## **5 DESCRIÇÃO DA INTEGRAÇÃO NO LESTE ASIÁTICO**

### **5.1 As iniciativas regionais de integração**

Além de se ter buscado mensurar e, logo, tornar mais palpável como a integração comercial e por meio de investimentos tem aumentado e se acelerado na região, uma descrição das iniciativas de integração regional é feita no presente capítulo. As iniciativas regionais, a abrangência dos temas tratados e a quantidade de propostas regionais, revelam o interesse dos países e economias da região na cooperação e na ação coletiva.

Mais especificamente serão tratadas as iniciativas que se iniciaram no período pós-crise financeira de 1997-98 e também as que, apesar de se terem iniciado anteriormente, tiveram desenvolvimentos ou influência no período pós-crise.

### **5.1.1 *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)***

A ASEAN foi criada em 1967 com o objetivo principal de garantir a segurança na região. Fazem parte da ASEAN os seguintes países: Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Tailândia, Vietnã e Cingapura (ASEAN<sup>25</sup>).

Em 1992, os países da ASEAN já voltavam suas atenções para as questões econômicas, assinando um acordo base para fortalecer a cooperação econômica no âmbito da associação. Na época, os países se comprometeram em estabelecer uma ALC num prazo de 15 anos. Mostravam o desejo de solidificar e aumentar a integração. Nas questões de segurança, tanto a China quanto o Japão apoiou desde cedo as iniciativas do agrupamento para discuti-las em âmbito regional (FOOT, 1995).

Segundo o TDR (UNCTAD, 2007), de todos os arranjos regionais entre países em desenvolvimento, a ASEAN exibe o maior nível de comércio intra-regional em relação ao seu comércio total: 25% em média<sup>26</sup>.

Na ASEAN, a cooperação no setor de energia, apesar do lento progresso, ainda tem sido mais concreta que em outras regiões em desenvolvimento. Já em meados dos anos 1980, os membros concluíram dois acordos: um acordo de cooperação energética e um acordo de segurança do petróleo da ASEAN. O centro para energia da ASEAN (ACE) criado em 1999 tem como objetivo coordenar estratégias de energia dentro da região pelo fornecimento de informação e pessoal especializado em desenvolvimentos tecnológicos para conservação e eficiência energética. O ACE supervisiona também o plano de ação da ASEAN para a cooperação energética que foca na criação de uma rede de energia da ASEAN e um oleoduto trans-ASEAN para facilitar o comércio intra-regional em energia (TDR, UNCTAD, 2007).

Entre as principais iniciativas recentes da ASEAN está a visão ASEAN 2020 que reconhece a necessidade de um foco maior na cooperação regional em eficiência e

---

<sup>25</sup>Disponível em:< <http://www.aseansec.org/74.htm>>. Acesso em: 20 set.2009.

<sup>26</sup> Ver gráficos 1 e 2.

conservação energética e no desenvolvimento de novas fontes e de fontes renováveis de recursos energéticos para fortalecer a segurança energética na região – fundamental para o crescimento a longo prazo (TDR, UNCTAD, 2007).

Além da cooperação energética, a visão ASEAN 2020 prevê a formação de uma comunidade econômica da ASEAN. Essa comunidade estaria baseada no fortalecimento da ALC da ASEAN, do acordo base em serviços da ASEAN e da área de investimentos da ASEAN. Na declaração da 14ª cúpula da ASEAN ficou estabelecida a assinatura de uma declaração para o roteiro da comunidade da ASEAN, que deve se basear em três pilares: a comunidade de segurança política, a comunidade econômica e a comunidade sócio-cultural (ASEAN<sup>27</sup>).

Quanto aos progressos realizados até o momento na ALC da ASEAN, em 2005 as tarifas sobre quase 99% dos produtos na lista de inclusão do ASEAN-6 (Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia) foram reduzidas a não mais que 5%. Mais de 60% desses produtos tem tarifa zero. A tarifa média entre esses países está em torno de 2%. Para o ASEAN-4 (Camboja, Laos, Vietnã e Mianmar), as tarifas de aproximadamente 81% da sua lista de inclusão estão entre 0 e 5%. É esperado que os seis signatários originais eliminem as tarifas até 2010 e os outros quatro até 2015 (ASEAN<sup>28</sup>).

Até 2002, a ALC da ASEAN era a única maior ALC, quando Japão e Cingapura acordaram uma parceria econômica. Desde então tem ocorrido uma onda de novos acordos comerciais institucionais (GILL & KHARAS, 2007). Rana (2006) propõe que a partir dessa parceria Japão-Cingapura e da área de livre comércio ASEAN-China a abordagem da região mudou. O Leste Asiático passou a experimentar uma proliferação de ALCs.

A ASEAN considera que os arranjos comerciais bilaterais entre a ASEAN e os três – Japão, China e Coreia do Sul – servirão como base para uma área de livre comércio do Leste Asiático como objetivo de longo prazo (ASEAN<sup>29</sup>).

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.aseansec.org/1814.htm>>. Acesso em: 3 out.2009; <<http://www.aseansec.org/22328.htm>>. Acesso em: 5 out.2009.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.aseansec.org/7665.htm>>. Acesso em: 20 set.2009.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.aseansec.org/21096.htm>>. Acesso em: 7 out.2009.



### **5.1.1.1 As áreas de livre comércio no âmbito da ASEAN**

De acordo com Gill & Kharas (2007), a implementação das parcerias tem sido lenta devido aos desafios envolvidos no processo de liberalização, como o desenvolvimento de regras de origem que tornem possível realizar a rede complexa de acordos regionais sem impor custos administrativos inadequados.

De qualquer forma, tendo uma evolução lenta ou não, o fato é que as ALCs entre a ASEAN e as maiores economias da região são uma característica do movimento de integração recente. A seguir são destacadas as ALCs da ASEAN com as maiores economias.

#### **5.1.1.1.1 A área de livre comércio ASEAN-China**

Em 1992, a China passou a ser um parceiro de consultas da ASEAN e em 1996 se tornou um parceiro formal de diálogo. Em 2001, logo após a reunião de cúpula dos 10 países da ASEAN mais Japão, China e Coréia do Sul, a China aderiu à OMC. Uma das conseqüências dessa reunião foi a aceitação dos países da ASEAN em estabelecer uma área de livre comércio com a China. Em 2002, esse projeto recebeu ímpeto com o acordo de cooperação econômica total entre China e ASEAN (CHIAN, 2004). Esse acordo de cooperação econômica envolvia três elementos: a liberalização, a facilitação e a cooperação econômica (SOESASTRO, 2006).

A ASEAN e a China firmaram a ALC no comércio de bens em 2003 e estão negociando a ALC para os serviços. As ALCs são geralmente úteis para países de baixa renda porque permitem a exclusão de produtos sensíveis (GILL & KHARAS, 2007) <sup>30</sup>.

É interessante notar que a ALC ASEAN-China estabeleceu prazos diferenciados de liberalização e adaptação para os países mais avançados e mais atrasados da ASEAN, para os últimos a data de estabelecimento prevista da ALC seria 2015 e para os primeiros 2010 (KAWAI, 2005). A primeira parte da ALC foi concluída em 2004. Porém a próxima etapa, dos acordos de liberalização em serviços e investimentos, pode-se mostrar mais difícil

---

<sup>30</sup> Nesse ponto, não há consenso entre os autores, muitos acreditam que as ALCs são prejudiciais para países em desenvolvimento.

(SOEASTRO, 2006). Em 2007, foi assinada a ALC de serviços entre China e ASEAN (WAN, 2008).

Por essa razão – pelo tratamento diferencial dos membros mais novos da ASEAN e pela flexibilidade para abordar áreas sensíveis – Soeastro (2006) considera que a ALC ASEAN-China poderia ser um modelo para as demais ALCs na região, especialmente se um dos países envolvidos estiver em desenvolvimento.

De acordo com Chian (2004), a ALC entre ASEAN e China é o nascimento da mais ampla ALC entre países em desenvolvimento. Além disso, o seu estabelecimento tem incentivado a formação de outras ALCs no modelo ASEAN + 1, como as ALCs ASEAN-Japão e ASEAN-Coréia do Sul cujas viabilidades começaram a ser estudadas em 2002.

Mesmo que parcialmente realizada, a ALC ASEAN-China realçaria a influência política e econômica da China no Leste Asiático em relação ao Japão e aos EUA, um importante objetivo para Pequim. O fato de que se chegou a um acordo sobre a ALC de bens em apenas um ano também reflete os fortes interesses econômicos mútuos entre ASEAN e China (WAN, 2008).

Na concepção de Wan (2008), a China está numa posição favorável para tomar iniciativas proativas para a formação de ALCs por várias razões. Em primeiro lugar, a China tem mais instâncias para liberalizar, para fazer concessões e pode oferecer maiores incentivos para parceiros potenciais; em segundo lugar, embora EUA e Japão tenham economias maiores, a China tem um mercado em expansão; em terceiro lugar, a China é parcialmente desenvolvida e parcialmente um país em desenvolvimento, encaixando-se melhor com a ASEAN; além disso, com a adesão da China à OMC, foram feitos ajustes estruturais, logo, é improvável que um acordo comercial com a ASEAN cause novas disputas domésticas.

#### **5.1.1.1.2 A área de livre comércio ASEAN-Japão**

O Japão e a ASEAN concordaram em começar as negociações de um acordo de parceria econômica em 2005 com o objetivo de se chegar a uma ALC em 2012. Juntamente com isso, o Japão iniciou negociações bilaterais para a formação de acordos de parceria econômica com Coréia do Sul, Malásia, Tailândia, Filipinas e Indonésia (KAWAI, 2005). O acordo de parceria econômica entre Japão e ASEAN foi alcançado em 2007 (WAN, 2008).

Conforme Soesastro (2006), a existência de ALCs entre o Japão e determinados países da ASEAN individualmente poderia constituir um problema para a ALC mais ampla Japão-ASEAN. Isso porque as regras dos acordos bilaterais entre o Japão e esses países são mais restritivas, menos liberais que as da ALC da ASEAN e da ALC ASEAN-China por exemplo. A implicação básica é que isso pode levar a um calendário de liberalização diferente até mesmo com os seis países mais avançados da ASEAN. Além disso, o foco dos acordos com os quatro mais atrasados – Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã – será apenas na facilitação e cooperação. Logo, o acordo geral ASEAN-Japão acabaria por servir como garantia das ALCs bilaterais feitas separadamente.

#### **5.1.1.1.3 A Área de livre comércio ASEAN-Coréia do Sul**

A Coréia do Sul também iniciou um processo de negociação com a ASEAN similar aos anteriores, principalmente similar ao processo de negociação da ALC ASEAN-Japão, com o objetivo de estabelecer uma ALC já em 2009 (KAWAI, 2005).

A parceria de cooperação ampla foi estabelecida em 2004 com um escopo compreensivo e provisão de flexibilidade para lidar com países menos desenvolvidos. Começou mais tarde, mas com a pretensão de ter uma evolução mais rápida (SOESASTRO, 2006).

Não está claro, para Soesastro (2006), o quão diferente serão as regras das ALCs ASEAN-Japão e ASEAN-Coréia do Sul, se comparadas com a ALC ASEAN-China.

#### **5.1.2 *East Asia Economic Caucus (EAEC)***

Seguindo a insatisfação com o progresso da Rodada Uruguai do GATT em dezembro de 1990, o primeiro ministro da Malásia propôs a formação de um agrupamento comercial regional. Este seria composto dos países da ASEAN, Coréia do Sul, Japão, China e Hong Kong. Primeiramente, foi chamado de *East Asia Economic Group (EAEG)*. Em 1991, os ministros da ASEAN consideraram a proposta do ministro da Malásia e re-nomearam o grupo como EAEC. O grupo serviria para facilitar as discussões nas questões econômicas regionais (KAWAI, 2005).

O objetivo da Malásia com o estabelecimento desse grupo era incluir o Japão, mas excluir os EUA. Contudo, a hostilidade dos EUA tornou difícil para países importantes da região apoiar a iniciativa (WALTER, 1995). Isso fica claro, como enfatiza Kawai (2005), na oposição dos EUA ao EAEC porque este poderia reduzir a efetividade do processo de liberalização da APEC.

A ironia da situação se mostrou na atitude dos EUA: enquanto se opuseram à criação de um grupo comercial no Leste Asiático, negociaram o NAFTA com Canadá e México, que se tornou efetivo em 1994. Aí está uma das razões pela qual os países do Leste Asiático continuaram explorando a cooperação regional (WAN, 2008).

Ao mesmo tempo, o Japão hesitou em apoiar o grupo por causa dos seus conflitos econômicos bilaterais com os EUA, resolvendo dar prioridade à APEC naquele momento, como os EUA queriam. A China também foi cautelosa. Contudo, a idéia contida nesse grupo não morreria aí. Em plena crise de 1997-98, seria retomada por meio do processo ASEAN +3. O EAEC havia sido um precursor do ASEAN + 3 (KAWAI, 2005).

Existem autores, como Hamanaka (2009), que defendem que o Japão percebeu a importância do regionalismo asiático, mesmo antes de a Malásia propor a criação do EAEC, pelo menos no que diz respeito à área das finanças. O EAEC teria apenas cumprido o papel de fortalecer a convicção japonesa de que estava se formando uma tendência em direção ao regionalismo excludente dos EUA – mas o potencial do regionalismo asiático já havia sido notado pelos *policymakers* japoneses.

Porém, Wan (2008) afirma que o Japão mudou sua estratégia em favor do regionalismo somente no final dos anos 1990. Inclusive o país era considerado uma anomalia entre os membros da OMC, pois a maioria está envolvida em arranjos comerciais regionais. O Japão estava envolvido ativamente no sistema financeiro global, mas passou a prestar mais atenção nas iniciativas financeiras regionais após 2000. Vale ressaltar que o Japão não vê essa mudança como uma escolha entre uma das abordagens, global ou regional. Ao contrário, o Japão vê uma estrutura financeira regional mais forte como complementar a uma estrutura financeira global forte.

Em 1993, o EAEC foi integrado na estrutura da APEC, durante a reunião dos ministros de relações exteriores da ASEAN (WAN, 2008).

Esse grupo interessa aqui pelo papel que cumpriu como precursor do ASEAN+3 e como um dos primeiros processos que visou excluir os EUA do regionalismo asiático.

### 5.1.3 O Fundo Monetário Asiático (FMA)

Seguindo a crise e o sucesso da reunião de agosto de 1997 em Tóquio para acordar sobre o pacote de apoio financeiro à Tailândia, o Japão, com o apoio da ASEAN e da Coreia do Sul (ambos participaram do pacote de apoio à Tailândia), propôs em setembro o estabelecimento de um FMA. Esse fundo serviria para suplementar os recursos do FMI para a prevenção e resolução de crises. A idéia inicial era compartilhar reservas de divisas estrangeiras das economias do Leste Asiático que poderiam ser mobilizadas para deter a especulação ou conter uma crise em uma economia membro (KAWAI, 2005).

Embora a proposta do FMA seja considerada um resultado da crise financeira por muitos, Hamanaka (2009) observa que o projeto data de antes de 1997. Em 1996 já havia sido formado um grupo de estudo sobre os fundos monetários regionais. O Japão adiou a proposta do FMA que seria feita na reunião do ADB em 1997 por sentir a falta de apoio das economias regionais ao plano. Com a crise, o ímpeto para o FMA foi renovado e o ministério das finanças japonês resolveu incentivar a criação do fundo (mais tarde, ainda em 1997). Os EUA seriam mantidos fora do processo, sob o pretexto de não terem contribuído com o pacote de auxílio financeiro à Tailândia – porém as Filipinas também não contribuíram e participariam do fundo.

O FMA foi rejeitado pelos EUA e pelo FMI. A justificativa dessa oposição era de que o FMA duplicaria as atividades do FMI e implicaria em risco moral<sup>31</sup>, pois os países receberiam dinheiro fácil do FMA, passando por cima dos duros condicionamentos do FMI. Sem o apoio da China, a idéia teve de ser abortada (KAWAI, 2005; RANA, 2002; SOESASTRO, 2006). De acordo com Wan (2008), os EUA e o FMI se opuseram à proposta por receio de que ela pudesse minar a influência do FMI. O governo chinês hesitou porque a

---

<sup>31</sup> Risco moral é o risco de que uma parte da transação não tenha aderido ao contrato de boa fé, tenha fornecido informações enganosas sobre os seus ativos, obrigações ou capacidade de crédito, ou tenha um incentivo para correr riscos incomuns em uma tentativa desesperada de obter lucro antes que o contrato vença. Definição disponível em: <<http://dictionary.reference.com/browse/moral+hazard>>. Acesso em: 5 out.2009.

burocracia precisava de tempo para chegar a um consenso e porque o país não estava pronto para projetos de integração regional ambiciosos.

Porém, a idéia da criação de um fundo monetário ou estrutura equivalente continuaria presente nas reuniões regionais de consulta (RANA, 2002).

#### **5.1.4 Manila Framework Group (MFG)**

O *Manila Framework Group* foi estabelecido em 1997, quando a proposta do FMA foi derrubada. O grupo se reunia semianualmente e tinha representação dos ministérios das finanças e dos bancos centrais de 14 países, visava complementar a atividade do FMI e realizar a fiscalização regional (HAMANAKA, 2009; RANA, 2002).

De acordo com Hamanaka (2009) o MFG foi a contraproposta dos EUA ao FMA. Como não havia contribuído com o pacote de auxílio à Tailândia, os EUA resolveram contribuir com o pacote de auxílio à Indonésia, participar da reunião de Manila – como Estado regional – e estabelecer o MFG se incluindo no grupo. Isso se deveu à rápida percepção norte-americana dos sentimentos dos *policymakers* asiáticos, levando à tentativa de evitar a construção de um mecanismo financeiro regional completo.

O MFG não foi bem-sucedido por várias razões. Em primeiro lugar, não especificou o objetivo da troca de informações e da fiscalização regional; em segundo, não havia processo de revisão por pares; e, por fim, as questões relativas a reformas do setor financeiro não eram adequadamente discutidas. O grupo acabou sendo dissolvido em 2004 (SOESASTRO, 2006).

#### **5.1.5 ASEAN + 3**

Soesastro (2006) ressalta que a cooperação funcional no Leste Asiático começou com o estabelecimento do ASEAN +3. Esse processo foi uma iniciativa que se deu no âmbito da ASEAN. A primeira cúpula dos países da ASEAN com os três – Japão, Coréia do Sul e China – se deu em dezembro de 1997, quando a Malásia estava no auge da crise.

O grupo ASEAN+3 foi formalizado em 1999, emergindo como um fórum de coordenação útil, pois inclui a maior experiência regional em cooperação e incorpora as três maiores economias da região (ADB, 2008; TDR, UNCTAD, 2007).

Desde a formalização, vários documentos-chave foram adotados para estabelecer a direção da cooperação ASEAN+3. Esses documentos incluem o relatório do Grupo de Visão do Leste Asiático (EAVG) de 2001 e o relatório do Grupo de Estudo do Leste Asiático (EASG) de 2002. Nesse relatório de 2002 do EASG estão contidas 17 medidas de curto prazo e 9 medidas de médio e longo prazo para a cooperação econômica<sup>32</sup>.

O EAVG em 2001 propôs a idéia de criar uma “Comunidade do Leste Asiático”, partindo dos seguintes objetivos de cooperação:

- o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio do Leste Asiático (EAFTA) e a liberalização do comércio bem a frente do *Bogor Goal*<sup>33</sup> da APEC;
- a expansão de um acordo base para a Área de Investimento da ASEAN para todo o Leste Asiático;
- a promoção do desenvolvimento e da cooperação tecnológica entre os países da região para fornecer assistência àqueles menos desenvolvidos; e
- a realização de uma economia baseada no conhecimento e o estabelecimento de uma estrutura econômica orientada para o futuro (ASEAN<sup>34</sup>).

Além dos objetivos econômicos, o EAVG também estabeleceu objetivos de cooperação financeira: a criação de um mecanismo de “auto-ajuda” regional para a cooperação financeira; a adoção de um mecanismo mais eficiente de coordenação de taxas de câmbio consistente com a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico; e o fortalecimento do processo de fiscalização regional, para suplementar a fiscalização do FMI (KAWAI, 2005). Há um grande número de autores que enfatiza a necessidade de se formar uma área de livre comércio que abranja quase a totalidade de países e economias do Leste Asiático. Entre esses, podem ser citados Baldwin (1997; 2007), Kawai (2004; 2005), Rana (2002; 2006), Soesastro (2006).

---

<sup>32</sup> *Chairman's Statement of the 11th ASEAN Plus Three Summit, Singapore, 20 November 2007*. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/21096.htm>>. Acesso em: 7 out.2009.

<sup>33</sup> *Bogor goals* são os objetivos estabelecidos pela APEC, na reunião dos líderes da APEC de 1994 em Bogor na Indonésia, para se atingir o livre comércio e investimento na região Ásia-Pacífico até 2010 para as economias desenvolvidas e 2020 para as economias em desenvolvimento (APEC).

<sup>34</sup> Disponível em: <[http://www.aseansec.org/pdf/east\\_asia\\_vision.pdf](http://www.aseansec.org/pdf/east_asia_vision.pdf)>. Acesso: 21 set.2009. Tradução feita pela autora do trabalho.

Eichengreen (2006) resume bem a motivação de uma ALC mais abrangente ao afirmar que:

Dada a vontade de impulsionar o comércio intra-regional, uma abordagem mais abrangente seria desejável. Colocado de outra maneira, se os países asiáticos vão exportar menos para os EUA, se torna da maior importância que eles sejam capazes de exportar livremente uns para os outros (EICHENGREEN, 2006, p.25).<sup>35</sup>

Shimizu (2004) afirma que a expansão das exportações dos países da ASEAN, desde o início da ALC da ASEAN, não se deveu à formação da ALC, mas sim à dinamicidade do Leste Asiático. O autor defende que se o objetivo dos países da ASEAN com a ALC era incrementar as exportações, esta deveria ser estendida para incluir Japão, China e Coréia do Sul.

Em 2004, a reunião de ministros do ASEAN+3 endossou a proposta de estabelecer um grupo de especialistas para estudar a viabilidade de uma área de livre comércio no Leste Asiático. Nesse mesmo ano, os líderes do ASEAN+3 concordaram que o estabelecimento de uma “Comunidade do Leste Asiático” é um objetivo de longo prazo e afirmaram o papel do ASEAN+3 como principal veículo para o seu eventual estabelecimento<sup>36</sup>.

Atualmente existem 48 mecanismos sob o processo ASEAN+3, coordenando 16 áreas da cooperação ASEAN+3, que inclui cooperação econômica, monetária e financeira, política e de segurança, turismo, agricultura, meio ambiente, energia e tecnologias de informação e comunicação. O ASEAN +3 também tem um plano de trabalho de cooperação de médio prazo para o período de 2007-2017<sup>37</sup>.

Para Gill e Kharas (2007), o agrupamento ASEAN+3 é o mais semelhante à União Européia e ao NAFTA no que diz respeito ao alcance. Na UE e no NAFTA existem conjuntos únicos de regras e mecanismos de solução de controvérsias. Porém a ASEAN+3 tem-se focado mais na cooperação financeira.

---

<sup>35</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

<sup>36</sup> *Chairman's Statement of the 8th ASEAN + 3 Summit*: “Strengthening ASEAN + 3 Cooperation”. Vientiane, 29 November 2004. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/16847.htm>>. Acesso em: 3 out.2009.

<sup>37</sup> *Chairman's Statement of the 8th ASEAN + 3 Summit*: “Strengthening ASEAN + 3 Cooperation”. Vientiane, 29 November 2004. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/16847.htm>>. Acesso em: 3 out.2009.



### 5.1.5.1 A iniciativa de Chiang Mai (ICM)

Vale mencionar rapidamente um precedente da ICM que foi a *New Miyazawa Initiative* (NMI). Tal iniciativa foi altamente bem-sucedida ao contribuir para a resolução da crise de 1997-98. O apoio financeiro de curto prazo do Japão às economias da Malásia e da Coreia do Sul tornou-se um modelo para os arranjos de swap bilaterais sob a ICM (KAWAI, 2005).

A iniciativa de Chiang Mai foi lançada em maio de 2000 e constitui o maior arranjo de swaps bilaterais a incluir países em desenvolvimento. A iniciativa se destina a gerir crises e a preveni-las pelo fornecimento de liquidez financeira aos países membros por meio de dois pilares principais: o arranjo de swaps da ASEAN (ASA) expandido e a rede de swaps bilaterais (BSA) entre membros do ASEAN +3 (KAWAI, 2005; TDR, UNCTAD, 2007). Além de acordos de recompra (ADB, 2009<sup>38</sup>).

O arranjo original de swaps da ASEAN já havia sido introduzido pelos cinco membros fundadores da ASEAN em 1977, com a pretensão de amenizar a escassez temporária de liquidez. Em maio de 2000, esse arranjo foi estendido a todos os países membros e a quantia disponível passou para US\$ 1 bilhão (TDR, UNCTAD, 2007).

Quanto ao segundo pilar da ICM, consiste em uma rede de acordos bilaterais entre oito membros do ASEAN+3. Em meados de 2006, dezesseis acordos haviam sido concluídos, com um valor equivalente de US\$ 75 bilhões, sendo que dessa quantia US\$ 65 bilhões foram fornecidos por China, Japão e Coreia do Sul. Do total acordado nos arranjos de swap, 60% são em moeda local. Contudo os países participantes têm acesso direto somente a 20% do valor comprometido e somente por consenso dos países concedentes do swap. Para qualquer retirada acima disso, a aprovação do FMI é necessária, assim como a vinculação a um dos seus programas (ADB, 2008; TDR, UNCTAD, 2007).

Segundo Gill & Kharas (2007) e Rana (2002), a ICM é mais que uma simples linha de crédito, pois também fornece dados para a prevenção de crises e realiza uma fiscalização regional por meio de trocas de informações, do monitoramento dos fluxos de capital e treinamento de pessoal especializado.

---

<sup>38</sup> ADB, 2009. *Asia Economic Monitor*.

O arranjo de swaps da ASEAN depois de ter sido inicialmente aumentado para US\$ 1 bilhão passou para US\$ 2 bilhões. A rede de swaps bilaterais do ASEAN +3 continuou a se expandir em número e quantidade. Na ocasião da reunião dos ministros das finanças do ASEAN +3, em Madri em maio de 2008, a quantia disponível na rede de swaps foi aumentada para US\$ 84 bilhões (ADB, 2009).

Em 2007, na reunião dos ministros das finanças em Tóquio, houve um acordo para avançar progressivamente na direção da multilateralização da ICM, incluindo um mecanismo de fiscalização regional (TDR, UNCTAD, 2007).

Conforme o ADB (2009), em outubro de 2008, em Pequim, os líderes do ASEAN +3 “decidiram multilateralizar a ICM. Eles concordaram que os fundos disponíveis sob a ICM deveriam ser um acordo de compartilhamento de reservas auto-administrado, governado por um único contrato, reduzindo a duplicação custosa e desperdiçadora”<sup>39</sup>.

Em Phuket, em fevereiro de 2009, na reunião especial dos ministros das finanças do ASEAN+3, os ministros resolveram expandir as reservas de US\$ 80 bilhões para US\$ 120 bilhões. Mas as medidas mais importantes foram tomadas na reunião de maio de 2009, em Bali, quando os ministros estabeleceram os mecanismos e o plano de ação para a realização da multilateralização da ICM. Japão e China contribuiriam com 32% das reservas, Coréia do Sul com 16% e os 20% restantes seriam cobertos pelos membros da ASEAN (ADB, 2009).

Nessa reunião o estabelecimento de uma unidade de fiscalização regional independente para monitorar e analisar as economias regionais e apoiar a tomada de decisão da ICM multilateralizada também foi acordado. Enquanto ela está sendo estabelecida, o ADB e a ASEAN estão planejando um arranjo de fiscalização baseado no processo já existente. De acordo com o ADB (2009), uma vez que a unidade de fiscalização se torne completamente operacional, a quantidade que os membros podem retirar sem condicionamento do FMI poderia aumentar.

Apesar dessa evolução, ainda existe a necessidade de esclarecer o processo de ativação e melhorar a fiscalização no âmbito da ICM. Porém a palavra central sobre essa iniciativa é o seu potencial (WAN, 2008).

---

<sup>39</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

### **5.1.5.2 Asian Bond Markets Initiative (ABMI)**

O desenvolvimento de mercados regionais de títulos está entre as prioridades na agenda dos *policymakers* de muitos países em desenvolvimento. O esforço mais sofisticado para aprofundar os mercados regionais de títulos foi feito pelos ministros das finanças do ASEAN+3, com o lançamento da iniciativa dos mercados de títulos asiáticos (ABMI) em 2003. A ABMI pretende desenvolver mercados de títulos primários e secundários e reciclar superávits externos no financiamento de investimentos dentro da Ásia (TDR, UNCTAD, 2007). Visa também encorajar a emissão de títulos denominados em uma cesta de moedas asiáticas (KAWAI, 2005).

A ABMI, assim como o *Asian Bond Fund* (ABF) – no âmbito do EMEAP<sup>40</sup>, visa lidar com o desencontro entre a demanda e a oferta de fundos, aumentando a oferta regional de títulos (WAN, 2008).

Grupos de estudo no âmbito da ABMI estão considerando melhoramentos mais amplos, incluindo o desenvolvimento de instrumentos de débito securitizado, garantias de crédito regional, sistemas de transportes, o estabelecimento de agências de classificação/avaliação de crédito e mecanismos para a disseminação mais eficiente de informações (ADB, 2008; EICHENGREEN, 2006).

Uma das maiores realizações da ABMI foi a emissão de títulos em moeda local pelo ADB entre 2005 e 2006 em seis mercados de títulos asiáticos, todos com maturidade entre 3 e 5 anos, com 2 títulos adicionais de 10 anos na Tailândia e na China (TDR, UNCTAD, 2007).

Por fim, ainda é válido observar que a APEC apóia o desenvolvimento da ABMI (SOESASTRO, 2006).

### **5.1.5.3 Economic Review and Policy Dialogue (ERPD)**

O ERPD da ASEAN, estabelecido em 2002, se tornou o mecanismo mais importante de todos para o compartilhamento de informações, diálogo político e fiscalização econômica. O propósito do mecanismo é fortalecer essas atividades nas questões financeira, monetária e

---

<sup>40</sup> Ver seção 5.1.7.

fiscal que sejam de interesse comum para os membros. Seu foco principal é no monitoramento econômico global e regional, no monitoramento individual das economias e na avaliação e administração do risco macroeconômico e das condições de financiamento e do sistema financeiro (KAWAI, 2005).

Existe também o processo de fiscalização do ASEAN+3, muito similar ao processo de fiscalização da ASEAN. Foi formalizado em novembro de 1999 e realiza reuniões duas vezes por ano. Em 2001, também foi estabelecido, no âmbito do ASEAN+3, um “sistema de aviso inicial” (*early warning system*). Esse sistema de aviso conta com o apoio do ADB para ajudar a detectar vulnerabilidades nos setores macroeconômicos, financeiros e empresariais, numa tentativa de prevenir crises futuras (RANA, 2002).

Eichengreen (2006) acredita que o compartilhamento de informações por meio do ASEAN+3 tornaria mais fácil verificar se os países estão aderindo ao seu compromisso de dividir o fardo do ajuste dos desequilíbrios financeiros.

O processo de fiscalização da ASEAN consiste em relatórios confidenciais, discussões e sessões de revisão por pares. O ERP do ASEAN+3 é menos formal e mais interativo, mas tem uma participação mais ampla (ADB, 2008).

De acordo com Soesastro (2006), o processo de fiscalização da ASEAN foi a primeira instância na qual os países aceitaram fazer comentários sobre os desenvolvimentos internos dos outros países.

Segundo Eichengreen (2006), o problema dos desequilíbrios globais aponta para a urgência de medidas para coordenar mais efetivamente as taxas de câmbio, as políticas monetárias e fiscais e, em particular, fortalecer a transparência da fiscalização regional. O autor sugere que uma forma de fazer isso seria criar uma unidade de fiscalização ASEAN+3 independente dos governos, com financiamento seguro de longo prazo. Isso, contudo, seria um rompimento radical com a abordagem asiática relativamente permissiva de fiscalização. “Os *spillovers* regionais [...] apontam para a importância da fiscalização econômica regional mais independente e forte para facilitar a avaliação coletiva das condições econômicas e vulnerabilidades e a ação coletiva” (EICHENGREEN, 2006, p.28).<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

### 5.1.6 *East Asia Summit* (EAS ou ASEAN+6)

Em 2004, começaram a surgir preocupações com o ímpeto do ASEAN+3 – tal processo estaria perdendo fôlego. A Malásia, talvez pensando que afirmar alguma liderança regional poderia acelerar o processo de construção de uma comunidade no Leste Asiático, sugeriu o lançamento da EAS. A iniciativa da Malásia foi prontamente apoiada pela China que se ofereceu pra sediar a próxima cúpula que houvesse. Os outros membros do ASEAN+3 foram pegos desprevenidos pela proposta e vários países começaram a formar coalizões para se opor a tal proposta. O Japão não poderia aceitar o papel crescente da China e ficou preocupado com a possibilidade de ela dominar o processo. Tendo sentido a falta de apoio, a Malásia propôs que o ASEAN+3 fosse mantido e a EAS desenvolvida em paralelo. Isso forneceu uma abertura para que os membros propusessem maneiras de atribuir um sentido ao desenvolvimento desses dois processos simultaneamente (SOESASTRO, 2006).

Cingapura propôs que a Índia participasse e o Japão e a Indonésia propuseram que a Austrália e a Nova Zelândia participassem. Esses países foram convidados para fazer contrapeso à China, diminuindo as preocupações japonesas, mas alimentando a idéia de que a EAS está construindo um cerco ao redor da China – pois misturar potências de fora da região como a Austrália e a Índia na EAS significa diminuir a influência chinesa. Essas posições foram apoiadas pelos EUA (SOESASTRO, 2006; WAN, 2008).

O Japão tem interesse em iniciativas regionais mais amplas, que incluam países além daqueles do Leste Asiático, porque considera as suas relações com os EUA mais importantes e está constantemente preocupado com a prevalência da China nos agrupamentos regionais (WAN, 2008).

No curto prazo, não se deve esperar muito da EAS, pois ela despertou as cisões e rivalidades que ainda existem na região, apesar de visar à construção de uma comunidade na região (SOESASTRO, 2006).

De acordo com as informações disponíveis no site da ASEAN<sup>42</sup>, o Japão vê a EAS como um grupo apropriado para a cooperação comercial e de investimentos no Leste Asiático

---

<sup>42</sup> *Chairman's Statement of the 11th ASEAN Plus Three Summit, Singapore, 20 November 2007*. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/21096.htm>>. Acesso em: 7 out.2009.

e propôs uma parceria econômica ampla no Leste Asiático. Já a China vê o ASEAN+3 como um agrupamento natural para a cooperação na região.

Como apontado pelo premier Zhu Rongji em 2000 na Cúpula ASEAN mais China, a China deseja que o ASEAN+3 seja o principal canal para cooperação regional no Leste Asiático (WAN, 2008).

Segundo também as informações da ASEAN<sup>43</sup>, é provável que a cooperação na região, em direção a uma comunidade econômica, evolua em torno dos acordos múltiplos sob os formatos ASEAN, ASEAN+1, ASEAN+3 e EAS. A ASEAN entende que ela é a força orientadora da cooperação, o ASEAN+3 seria seu maior veículo para a realização de uma possível comunidade econômica, com a EAS sendo “uma parte integral da arquitetura regional total em evolução”.

#### **5.1.7 Executives' Meeting of East Asia Pacific Central Banks (EMEAP)**

O EMEAP, reunião dos bancos centrais da região Leste Asiático-Pacífico, ocorreu pela primeira vez em 1991, no Japão. Durante os dois primeiros anos deu-se apenas troca de informações. A China aderiu em 1992 e os EUA foram excluídos apesar do interesse. As reuniões iniciaram numa base confidencial e não constituíram problema diplomático com os EUA – pela sua exclusão e não comunicação – por se tratar de cooperação de bancos centrais, relativamente técnica e independente dos governos (HAMANAKA, 2009).

Segundo o ADB (2008), o EMEAP cumpre função semelhante ao ERPD para os bancos centrais. Eichengreen (2006) observa que o EMEAP foi criado para acelerar o crescimento dos mercados de títulos asiáticos por meio da alocação de uma porção das reservas dos bancos centrais regionais para compras de papéis/títulos governamentais e quase-governamentais. O US\$1 bilhão inicial de investimentos, que ficou conhecido como *Asian Bond Fund I* (ABF I), foi devotado exclusivamente a emissões de títulos asiáticos soberanos e quase-soberanos denominados em dólares. O ABF II é duas vezes maior e inclui títulos denominados em moedas regionais.

---

<sup>43</sup> *Chairman's Statement of the 11th ASEAN Plus Three Summit, Singapore, 20 November 2007*. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/21096.htm>>. Acesso em: 7 out.2009.

O EMEAP visa aprofundar os mercados regionais e locais de títulos para reduzir a dependência dos tomadores de empréstimos asiáticos dos financiamentos bancários de curto prazo (TDR, UNCTAD, 2007). Ou seja, busca reduzir a fragilidade dos mercados de títulos asiáticos da perspectiva do investidor, assim como a fragilidade no processo de emissão (GILL & KHARAS, 2007).

### **5.1.8 Iniciativas regionais de cooperação na área de infraestrutura**

O programa de infraestrutura mais avançado na Ásia é o programa da sub-região do Mekong superior (GMS program) – compreendendo Laos, Mianmar, Tailândia, Camboja, Vietnã e a província de Yunnan na China. Os seis países começaram o programa de cooperação sub-regional em 1992 (RANA, 2006). Esse programa foi inicialmente promovido pelo ADB e fez progressos nos campos de auto-estradas, navegação, energia e comércio (CHIAN, 2004).

Recentemente progressos foram feitos na 13ª conferência ministerial GMS no Laos em 2004. Pela primeira vez um plano de ação de médio prazo para guiar as atividades do programa GMS foi produzido. Esse plano de ação foi endossado na 2ª cúpula dos líderes GMS na China em 2005<sup>44</sup>.

Na declaração da 2ª cúpula GMS, os líderes enfatizaram que a infraestrutura transfronteiriça é chave para o desenvolvimento econômico e para a prosperidade na região. Os líderes acordaram em completar as ligações ao longo do corredor leste-oeste em 2008 e ao longo do corredor sul-costa do sul em 2010. Com o intuito de gerar maior eficiência, a cooperação de infraestrutura envolve ferrovias, rodovias, transporte aéreo e marítimo<sup>45</sup>.

Já na 3ª cúpula GMS, no Laos em 2008, os países endossaram o plano de ação para 2008-2012 que pretende acelerar a construção das seções dos corredores que ainda faltam e expandir as redes de corredores por meio de ligações multimodais. Além disso, enfatizaram a necessidade de dar continuidade aos projetos nas demais áreas<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://www.adb.org/GMS/Program/progress-achievements.asp>>. Acesso em: 7 out.2009.

<sup>45</sup> *Midterm review of greater Mekong subregion strategic framework 2002-2012*. Disponível em: <<http://www.adb.org/documents/reports/mid-term-review-gms/Midterm-Review-GMS-Final.pdf>>. Acesso em: 21 set.2009.

<sup>46</sup> Disponível em: <<http://www.adb.org/Documents/News/2003/nr2003128.asp>>. Acesso em: 8 out.2009.

Existem ainda outras duas iniciativas sub-regionais relevantes.

A primeira é o triângulo de crescimento Indonésia – Malásia – Tailândia (IMT-GT). A iniciativa foi lançada em 1993 e visa acelerar o crescimento na sub-região. Entre 2007 e 2011, os principais objetivos são acelerar o crescimento econômico orientado pelo setor privado e aumentar o comércio e os investimentos intra e inter - IMT-GT. São previstos melhoramentos na conectividade física da sub-região até 2011. Essa iniciativa também conta com o apoio do ADB, principalmente com o fornecimento de pessoal especializado e elaboração de projetos e relatórios<sup>47</sup>.

A segunda é a iniciativa da área de crescimento do leste da ASEAN Brunei – Indonésia – Malásia – Filipinas (BIMP – EAGA) que foi iniciada em 1994. O objetivo também é acelerar o desenvolvimento das economias da sub-região por meio da cooperação regional<sup>48</sup>.

Na reunião de cúpula da ASEAN de 1995 foi proposto pelo ministro da Malásia o projeto da estrada de ferro pan-asiática. Nos últimos anos, vários aspectos desse projeto estão avançando e a China está tomando parte ativa nele. Esse projeto sendo bem-sucedido promoverá uma importante ligação entre a China, o Sudeste Asiático e o sul da Ásia (CHIAN, 2004).

### **5.1.9 Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC)**

A APEC foi criada em 1989 e seus membros atualmente são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia e Estados Unidos (APEC<sup>49</sup>).

Entre os principais objetivos propostos pela APEC estão a sustentação do crescimento e o desenvolvimento da região, o desenvolvimento e o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e a redução de barreiras para o comércio de bens, serviços e investimentos (FOOT, 1995).

---

<sup>47</sup>Disponível em: < <http://www.adb.org/IMT-GT/programme.asp>>. Acesso em: 20 set.2009.

<sup>48</sup>Disponível em: <<http://www.adb.org/BIMP/default.asp>>>. Acesso em 7 out.2009.

<sup>49</sup>Disponível em: < [http://www.apec.org/apec/member\\_economies.html](http://www.apec.org/apec/member_economies.html)>. Acesso em: 21 set.2009.



A APEC surgiu com o objetivo de ser uma organização similar à OECD, para promover a cooperação econômica e técnica. Contudo, com o passar do tempo, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, introduziram a liberalização comercial na agenda (WAN, 2008).

Tudo indica que os membros asiáticos da APEC não querem seguir em direção a integração formal ou supranacional, preferem manter o status consultivo, mas a instituição poderia ser vista como estabelecadora de um conjunto de normas e práticas econômicas regionais e como uma ligação entre os Estados e a economia internacional (FOOT, 1995). Nos ensejos que levaram os Estados a resistirem à formalização da APEC como instrumento de pressão econômica, almejada pelos EUA, estava o desejo de manter os EUA envolvidos com a segurança na região, enquanto restringia sua habilidade de pressionar a agenda econômica (HURRELL, 1995).

Baldwin (1997) cita as razões, percebidas no momento em que escreveu seu artigo, do porque seria improvável que a APEC se tornasse um bloco comercial. Primeiro, dado o tamanho econômico do Japão, ele provavelmente seria o líder desse processo – o que não é bem aceito pelos demais países devido ao histórico imperialista do país, as lembranças dos esforços japoneses de atingir a hegemonia regional ainda não foram apagadas; segundo, a ameaça de exclusão econômica de um país que não participe de um arranjo formal é remota na Ásia; e, por fim, as economias em desenvolvimento não dependem tanto do Japão (menos ainda nos dias atuais) quanto o México, por exemplo, depende dos EUA.

Na cúpula de Bogor na Indonésia, em 1994, os membros da APEC concordaram em liberalizar o comércio e os investimentos, reduzindo tarifas para 0-5% até 2010 para os membros desenvolvidos e até 2020 para os membros em desenvolvimento. Porém a APEC estagnou na liberalização comercial, entre outras razões, pelos objetivos pouco realistas estabelecidos em Bogor. Um fator que contribuiu fortemente para isso foi a oposição do Japão à liberalização setorial voluntária inicial (*Early Voluntary Sectoral Liberalization - EVSL*) proposta pelos EUA. Além disso, outros atores também contribuíram para que a EVSL não fosse adiante, pois tinham interesses e expectativas diferentes (WAN, 2008).

Para tentar atingir seus objetivos, a APEC realiza reuniões de cúpula, encontros de nível ministerial, encontros especializados de altos funcionários, das várias comissões e das suas forças-tarefa (CHIAN, 2004). A APEC não representa nenhum compromisso legalmente obrigatório para os seus membros (WAN, 2008).

Vale ressaltar que a APEC não foi muito útil para ajudar na recuperação das economias asiáticas durante e após a crise de 1997-98, como observa Soesastro (2006). Nas reuniões de 1997 em Vancouver no Canadá e de 1998 em Kuala Lumpur na Malásia, a crise não estava no centro da agenda a ser discutida. Já a crise financeira atual esteve no centro das discussões da reunião de 2008 em Lima no Peru (APEC<sup>50</sup>).

De acordo com Wan (2008), o processo ESVL falido e a crise financeira de 1997-98 enfraqueceram muito a APEC, a ponto de ela ser considerada atualmente apenas um fórum diplomático. Na realidade, a função de fórum diplomático é mais semelhante ao seu objetivo inicial: ser uma espécie de OECD. Logo, os EUA voltaram suas atenções para outros arranjos regionais e os países do Leste Asiático passaram a construir grupos somente de nações da região.

## **6 MOTIVAÇÕES E DESAFIOS PARA A INTENSIFICAÇÃO DA INTEGRAÇÃO**

São inúmeras as motivações e causas que podem levar a formação de um processo de integração ou a sua intensificação. No caso do Leste Asiático, Kawai (2005) resume bem as causas atribuídas à intensificação da institucionalização da integração nos anos 1990. Em primeiro lugar pode-se dizer que o aprofundamento da interdependência econômica é um fator que contribuiu para a integração, os Estados da região têm buscado internalizar as externalidades e os efeitos de *spillover* derivados da interdependência; em segundo lugar, a institucionalização da integração se dá como uma resposta defensiva à proliferação de arranjos comerciais regionais na Europa e no Ocidente; em terceiro lugar, existe uma insatisfação com o progresso da liberalização do comércio e do investimento nos níveis global e trans-regional; em quarto lugar, a integração regional permite realçar a produtividade e a competitividade internacional por meio da exploração das economias de escala e da eficiência dinâmica.

O ADB (2008) também defende que o regionalismo asiático emergente é em grande parte defensivo, responde aos novos e mais profundos acordos regionais na União Européia, na América do Norte e em outros mercados importantes.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[http://www.apec.org/apec/about\\_apec/history.html](http://www.apec.org/apec/about_apec/history.html)>. Acesso em: 21 set.2009.

Além disso, como comenta Wan (2008), a dominação dos EUA no pós-guerra explicava em parte a fraca institucionalização da região, pois era menos necessária a cooperação regional. O regionalismo emergente no pós Guerra Fria resultou parcialmente de um declínio relativo dos EUA na região. Criou-se a visão de que os agrupamentos regionais eram justificados pelos esforços dos EUA de formar ALCs na América do Norte e pelos efeitos discriminatórios nas exportações do Leste Asiático gerados pela maior integração econômica na UE. Após a crise financeira de 1997-98, surgiram outras forças motivacionais para a cooperação: a regionalização do comércio e do investimento, as dificuldades da ASEAN após a crise e o interesse dos países do nordeste asiático em se juntar à ALC da ASEAN.

Deve-se considerar que o papel menos proeminente do Leste Asiático na OMC não é a principal razão pela qual as economias da região procuram a integração comercial regional. O Leste Asiático visa tanto o livre comércio global quanto a integração regional. Uma importante razão para os esforços acelerados para criar arranjos de livre comércio na região é a estagnação das negociações comerciais globais. Além disso, a maior regionalização comercial torna lógico formar mecanismos para melhor coordenar as políticas comerciais. A crise financeira asiática convenceu muitos na região da necessidade de se alcançar uma maior cooperação regional (WAN, 2008).

Soma-se às motivações já mencionadas, o caráter estratégico e geopolítico dos incentivos à integração regional na região. Nas próprias palavras de Wan:

Por que as nações do Leste Asiático insistem em tratar a APEC como regionalismo aberto? A resposta é direta: os países do Leste Asiático não querem transformar a APEC em outro fórum comercial no qual o Ocidente domina. Por que as nações do Leste Asiático se voltaram para uma forma de regionalismo mais exclusiva depois da crise financeira asiática? Novamente, elas não querem que o Ocidente domine nesses grupos. Por que muitos países no Leste Asiático tentam se comunicar com jogadores como Índia e Austrália? A resposta é que eles não querem ver a China dominar muito nos grupos regionais (WAN, 2008, p.371)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

Ou seja, existem, obviamente, nas atitudes que concernem ao avanço ou retrocesso de um processo de integração, preocupações estratégicas e que respondem a movimentos de outros países e blocos.

A seguir são destacadas três motivações que levaram e têm levado à intensificação e aceleração no processo de integração, assim como os desafios levantados por esses fatores causais. Quais sejam: a interdependência das economias representada pelas redes regionais de produção; a crise financeira asiática de 1997-98 que agiu como catalisador e estímulo para o processo; e, por fim, a ascensão chinesa no período recente e a disputa pela liderança regional.

### **6.1 A integração *de facto* e o papel das redes regionais de produção**

Conforme Gill & Kharas (2007), a ligação existente entre comércio e IDE se tornou um forte impulso para o regionalismo. Isso ocorre porque os acordos regionais têm garantido o acesso aos mercados entre os países que estão envolvidos nas redes regionais de produção e também têm permitido o corte e redução de tarifas nos componentes. Ao mesmo tempo, os acordos regionais procuram reduzir os obstáculos aos IDEs, ao comércio de serviços e à mobilidade de trabalho qualificado. Todos esses aspectos são críticos para o estabelecimento e desenvolvimento das redes regionais de produção. Para os autores, os acordos regionais têm complementado os multilaterais, dada a dificuldade de abordar determinadas questões em fóruns multilaterais.

Além disso, quando as economias estão interligadas pelo comércio de bens intermediários, como é o caso no Leste Asiático, os *spillovers* entre os países se tornam muito mais sérios. O contágio passa de uma economia para a outra ao longo da cadeia de oferta. Para resolver esse problema, as estruturas financeiras precisam suportar o crescimento das redes regionais de produção e dos fluxos de comércio (GILL & KHARAS, 2007).

Outra questão relevante para a continuação da expansão das redes é a infraestrutura. Os melhoramentos na infraestrutura de transportes têm tido um papel importante na expansão do comércio no Leste Asiático. A Ásia tem o menor custo de fretes entre as regiões em desenvolvimento. As redes são um fator importante na promoção da integração econômica na região e dão à região vantagem sobre as outras regiões em desenvolvimento que não possuem maiores entrepostos comerciais (GILL & KHARAS, 2007).

Dada a importância dos sistemas de produção baseados em redes e os fluxos que a elas estão associados, as relações regionais no Leste Asiático são fundamentais. Inclusive as previsões que são feitas do crescimento asiático para 2020 reforçam o desafio central da cooperação regional na região: administrar as tensões geradas pelo crescimento. Prevê-se que a participação da região na produção mundial passará de 28% em 2005 para aproximadamente 35% em 2020. O PIB regional ultrapassará o da UE ou EUA em 50%, além da renda média em dólares passar de 3000 para 5000 (ADB, 2008).

Entre essas tensões está a conectividade. É preciso desenvolver infraestrutura para conectar comunidades vizinhas por meio de ligações de energia e transporte. Isso requer cooperação sub-regional focada, específica (ADB, 2008; RANA, 2006). Ainda existem muitas regiões que estão à parte do crescimento no Leste Asiático, como as províncias no interior da China. Essas regiões acabam não recebendo partes de processos produtivos, apesar do baixo custo de mão-de-obra, por causa dos altos custos de transportes até o entreposto mais próximo (GILL & KHARAS, 2007).

Quanto ao desenvolvimento de infraestrutura, a questão foi levantada na quarta reunião de cúpula do ASEAN+3 em novembro de 2000 pelo primeiro ministro chinês. Porém, não faltam projetos e acordos de infraestrutura, o que está acontecendo é que seu desenvolvimento tem sido lento – em parte pela falta de uma administração local eficiente (SOESASTRO, 2006).

As redes de produção também dependem de financiamento de longo prazo para investimentos em capital e expansão das instalações, requerem produtos financeiros especializados. Dependem de serviços financeiros transfronteiriços, estando expostas ao risco cambial quando as estruturas de custos de diferentes componentes dependem de salários em moeda local (GILL & KHARAS, 2007).

Com base no TDR (UNCTAD, 2007), pode-se dizer que melhorar a infraestrutura de transportes e telecomunicações, para favorecer a expansão das redes, requer uma forma mais avançada de cooperação e esforços financeiros coordenados. A cooperação deve evoluir para o compartilhamento de recursos regionais com o intuito de responder a desafios comuns (como a diversificação acelerada da produção em setores dinâmicos), melhorando a estrutura industrial e a produtividade agrícola.

## 6.2 O impacto da crise financeira asiática de 1997-98

Parece existir uma tendência em considerar a crise de 1997-98 como um marco no processo de integração. Isso principalmente no que diz respeito à cooperação monetária e financeira, visto que as instituições multilaterais falharam em lidar com a crise de maneira adequada e imediata.

A crise foi um catalisador no regionalismo emergente, levou a uma série de novas instituições e iniciativas. Atualmente a região possui mecanismos mais eficientes para administrar seu crescimento (TDR, UNCTAD, 2007).

De acordo com Rana (2002), além de a crise ter acelerado o ritmo da cooperação financeira e monetária, contribuiu para que os países reunissem uma quantidade suficiente de vontade política para impulsionar o processo. Passo significativo dado que, para Kawai (2005), a falta de vontade política poderia ser um impedimento de última instância para o regionalismo.

Dito de outra forma, a crise revelou os desafios comuns encarados pelas nações do Leste Asiático, desafios que requerem cooperação para prevenir futuras crises monetárias. Além disso, o peso relativo da região no sistema financeiro internacional aumentou. As ligações comerciais são outro fator relevante. Por todas essas razões, a integração financeira faz sentido para o Leste Asiático (WAN, 2008).

Na concepção de Kawai (2005) o impacto da crise não pode ser negligenciado e se verifica nos motivos para a cooperação financeira recente. Entre esses motivos estão: a necessidade de mecanismos regionais de ‘auto-ajuda’; a insatisfação com o FMI e com as iniciativas globais para uma nova arquitetura financeira internacional; e a obtenção de estabilidade financeira regional como uma base para a estabilidade global e para o aumento da voz da região na gestão financeira global.

Segundo o TDR (UNCTAD, 2007), os arranjos regionais assumiram um lugar mais proeminente na agenda internacional do desenvolvimento devido à falha das instituições financeiras internacionais para administrar os choques financeiros e as crises do final dos anos 1990 e ao lento progresso da Rodada Doha da OMC. O relatório vai mais longe que Kawai ao afirmar que as medidas do FMI foram percebidas como contra-produtivas, implicando no aperto fiscal e monetário, e que agravaram as recessões econômicas. O

condicionamento foi além do que poderia ser justificado pela necessidade de resguardar os recursos do FMI. Essa experiência deu ímpeto aos arranjos financeiros regionais como opção para lidar com os choques financeiros, ainda mais quando existe um volume crescente de comércio e investimentos intra-regional e uma sincronização dos ciclos de negócios – caso do Leste Asiático.

Para Kawai (2005) o regionalismo financeiro asiático está assentado em três pilares: o mecanismo de apoio à liquidez no âmbito do ASEAN +3, por meio da ICM; o estabelecimento da fiscalização econômica por meio do processo ERPD do ASEAN +3; e o desenvolvimento de um mercado de títulos regionais.

Isso mostra, conforme Soesastro (2006, p.220), que a crise “abriu uma janela de oportunidade para a região se tornar mais aberta ao monitoramento coletivo, à renovação de políticas”. Visto que a APEC e a ASEAN não haviam sido úteis para lidar com a crise e que permanecia o ressentimento com o FMI e os EUA.

Na visão de Wan (2008), a crise aumentou o interesse na criação de instituições regionais no Leste Asiático, os governos da região têm mostrado um entusiasmo incrível para a cooperação regional. A tentativa de criar o FMA foi um claro exemplo disso, assim como as negociações de ALCs. Em termos de significado estratégico, a crise também teve impactos regionais. A posição da China melhorou. A crise teve impactos negativos nas companhias japonesas em termos de vendas de mercado e lucros. Criou-se a sensação de que o Japão sofreu com a crise e que o seu modelo de desenvolvimento passou a ser desacreditado.<sup>52</sup>

Novamente com base em Kawai (2005) pode-se dizer que os *policymakers* descobriram – além da necessidade de administrar a globalização por meio de uma arquitetura financeira regional – os custos da confiança excessiva no dólar e, por isso, investiram nas medidas para aumentar o uso de moedas locais (como o desenvolvimento do mercado asiático de títulos).

Segundo Wan (2008), a crise também gerou demanda por reformas políticas e econômicas e fortaleceu o comprometimento do Leste Asiático com a integração no mercado global. Além disso, apesar do crescimento dos mercados de títulos asiáticos, eles ainda estão subdesenvolvidos. Os mercados de títulos asiáticos são dominados por emissões do governo

---

<sup>52</sup> Ver Chian (2004), seção 6.3.

em vez de emissões de corporações. Logo, as empresas asiáticas não dependem dos mercados de títulos para levantar capital. A maior parte das reservas do Leste Asiático ainda acaba sendo investida nos mercados financeiros dos EUA, que volta para a região na forma de investimentos de portfólio e IDE.

Gill & Kharas (2007) ressaltam que após a crise financeira de 1997-98 houve uma mudança de foco na cooperação financeira. Passou-se a enfatizar a eficiência na alocação de recursos para diversificar a oferta e reduzir o risco sistêmico.

A Ásia está fazendo progresso no fortalecimento e na integração dos seus mercados financeiros, mas as ligações financeiras da região são mais fracas do que seus laços comerciais e suas ligações financeiras com os mercados globais de capitais. O desafio é atrair mais poupança asiática para os mercados regionais, dado que as economias da região têm altas taxas de poupança e de reservas de dívidas. Existe potencial para explorar a demanda asiática como orientadora do crescimento regional e para ampliar os investimentos regionais (ADB, 2008; WAN, 2008).

Vale ressaltar que, para Eichengreen (2006), o papel da integração financeira regional e dos seus desenvolvimentos é diferente da ênfase que é geralmente dada ao desejo de aprofundamento dos mercados financeiros regionais para “reciclar as poupanças asiáticas dentro da região”. Segundo o autor, a tentativa isolada de direcionar as altas poupanças asiáticas dos EUA para região provavelmente não terá um impacto nos desequilíbrios globais ou no risco de uma correção desordenada desses desequilíbrios. O superávit na conta corrente é a diferença entre a poupança e os investimentos da região, sendo necessário incrementar os investimentos e reduzir a poupança.

Eichengreen (2006) ainda destaca que, dados os desequilíbrios internacionais – envolvendo o déficit em conta corrente norte-americano e o superávit de economias do Leste Asiático como a China – e a sua insustentabilidade, os países do Leste Asiático precisarão se ajustar a um possível novo cenário. A coordenação política dentro da região pode ajudar a suavizar os ajustes quando estes ocorrerem.

Deve-se considerar ainda a tentativa, após a crise, de lançar uma integração monetária. As condições para tal processo de integração não são as melhores, visto que há uma fraca convergência econômica em termos de inflação, por exemplo. Contudo, as condições não são menos adequadas do que foram as da União Européia. Logo, as barreiras para a integração



são principalmente políticas, a saber, as tensões China-Japão, a incapacidade de o Japão dividir custos, e a forte influência dos EUA (WAN, 2008).

O Leste Asiático tem feito progresso nessa área, apesar do ritmo lento. Em 2006, os ministros das finanças da China, do Japão e da Coreia do Sul, concordaram com a criação de uma Unidade Monetária Asiática (*Asian Currency Unit – ACU*) pela primeira vez. O incentivo principal para a cooperação monetária regional vem do fato de boa parte dos ativos das economias do Leste Asiático ser denominada em dólar, logo uma apreciação das suas moedas contra o dólar levaria a grandes perdas. Consistentemente com o foco do Leste Asiático na produção e nas exportações, os governos da região ainda preferem taxas de câmbio estáveis, mas depreciadas em relação ao dólar (RANA, 2006; WAN, 2008).

Por fim, mas não menos importante, a crise representou um marco no “tipo” de regionalismo presente na região. Antes da crise, prevalecia o regionalismo aberto, utilizado para integrar a região a economia global. Após a crise, o regionalismo se tornou mais exclusivo e formal e recentemente tem sido formal, mas menos exclusivo (WAN, 2008).

### **6.3 A ascensão da China e a disputa pela liderança regional**

Entre os fatores que mais tem influenciado o processo de integração regional no Leste Asiático estão a ascensão da China e as suas atitudes mais voltadas para os vizinhos e para a região. A ascensão da China faz que outra questão se torne evidente: a disputa pela liderança regional. A China tem uma influência crescente, mas o Japão e os EUA, ambos continuam fortemente presentes, política e economicamente, no Leste Asiático.

Chian (2004) reforça a relevância do papel da China no processo de integração no Leste Asiático. O papel da China para colaborar com a estabilização da situação econômica e financeira foi bem recebido pelos demais países, assim como sua participação ativa nos modelos 10 +3 e 10+1. Soma-se a isso o fato de que a crise financeira de 1997-98 e a recessão econômica no Japão terem ocasionado uma redução dos IDEs japoneses na região, assim como a depreciação do Iene tornou seus produtos mais competitivos frente aos produtos dos demais países do Leste Asiático. Isso teria afetado, para o autor, a confiabilidade do Japão perante os países da região, fazendo-o entrar em declínio como “ganso-chefe”. Esse declínio gradual do Japão como líder na produção regional, aliado à integração da China à divisão

internacional do trabalho regional fez que, a partir da crise, os países da região passassem a buscar novas formas de cooperação econômica regional – diminuindo a influência do modelo dos gansos voadores que foi substituído pelo modelo 10+3.

O mesmo autor ainda cita as razões pelas quais a China passou a se engajar mais na integração e na cooperação regional. Primeiramente, a China é um país grande e com uma grande quantidade de vizinhos, com muitos dos quais possui histórico de choques. A diversidade desses vizinhos também exige que a China esteja atenta às suas atitudes. Politicamente, há um alto grau de concordância nas problemáticas regionais e internacionais. Além disso, a interdependência da China e dos seus vizinhos está crescendo; em segundo lugar, a China desempenha um papel ativo na região, mas não busca o papel de dominador na cooperação regional. Existe a busca de apoio e benefícios mútuos, do desenvolvimento compartilhado e da prosperidade para os parceiros; por fim, a China se opõe à política ideológica de blocos e se baseia nos cinco princípios de coexistência pacífica<sup>53</sup> para se relacionar com os vizinhos.

Kawai (2005) destaca que não há consenso político quanto à integração econômica, e como se deve dar, no Leste Asiático, devido às diferenças nos sistemas políticos, a questões históricas e à falta de confiança mútua.

Quanto à liderança regional, nas suas próprias palavras:

Nenhuma potência econômica joga um papel dominante no Leste Asiático similar ao dos EUA no hemisfério ocidental, nem existe alguma aliança bipolar similar à aliança franco-germânica na Europa ocidental. O Japão estava atolado na estagnação durante a última década e a China, enquanto recentemente emergindo como uma potência econômica, ainda não atingiu a transição para uma economia de mercado e, mais fundamentalmente, a transição política (KAWAI, 2005, p.48).<sup>54</sup>

Do ponto de vista desse autor, China e Japão, como os orientadores mais importantes do regionalismo, deveriam formar uma aliança bipolar sólida e uma liderança conjunta. Levando em conta esse objetivo, deveriam resolver as questões que impedem a integração

---

<sup>53</sup> Respeito pela integridade e soberania territorial, não-agressão mútua, não-ingerência, igualdade e benefícios mútuos e coexistência pacífica.

<sup>54</sup> Tradução feita pela autora do trabalho.

econômica mais profunda entre eles e re-estabelecer a confiança mútua. A rivalidade deve ser mantida num nível saudável que estimule o progresso do regionalismo. Sem isso, a região estaria impedida de progredir no regionalismo que poderia levar a formação de uma comunidade econômica no Leste Asiático.

A afirmação de Katzenstein (2003) de que “as formas chinesa e japonesa de organizar o regionalismo asiático são ambas complementares e competitivas” corrobora a visão de Kawai (2005). Soesastro (2006) reforça que os líderes japoneses e chineses devem procurar resolver suas diferenças e rivalidades. A China deveria cessar suas críticas e provocações ao Japão e o Japão deveria procurar entender o seu passado e o efeito que isso teve nos países da região.

Kawai (2005), concordando com Chian (2004), diz ser importante perceber a mudança de atitude da China em relação à cooperação econômica regional. Essa nova abordagem parece ter resultados positivos para a China, visto que o seu crescimento econômico depende dos desempenhos favoráveis das economias regionais, além da estabilidade política, paz e segurança regionais. A iniciativa chinesa de realizar uma ALC com a ASEAN é um importante sinal da sua capacidade de aprofundar seus laços econômicos, assim como políticos, com os seus vizinhos do sudeste asiático. Seu engajamento ativo com a ICM e com a fiscalização regional é outro claro sinal.

Na ICM, contudo, quem exerceu e exerce papel de liderança é o Japão, em termos de número de arranjos e quantidade de recursos. Por ser o principal fornecedor, o Japão tem interesse em desenvolver uma fiscalização efetiva para poder cumprir sua influência comensurada com sua contribuição financeira. A incapacidade de a China conceder a liderança ao Japão nos esforços de cooperação financeira no Leste Asiático poderia ser uma barreira ao desenvolvimento mais profundo da ICM (SOESASTRO, 2006).

Soesastro (2006) também analisa a diferença das ALCs Japão-ASEAN e China-ASEAN. Para ele, na ALC entre China e ASEAN, a ASEAN está no centro do acordo, enquanto na ALC entre Japão e ASEAN, o Japão está no centro. Isso estaria ocorrendo, no caso do Japão, devido às demais ALCs bilaterais entre o Japão e os membros da ASEAN. Haveria uma superposição de acordos derivada de uma estratégia dual de política externa japonesa. O ministério da economia, comércio e indústria estaria dando preferência à ALC geral com a ASEAN, enquanto o ministério das relações exteriores estaria privilegiando as

ALCs bilaterais, por ser muito difícil para o Japão concretizar ALCs com os quatro países menos desenvolvidos da ASEAN – Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã. Não está claro ainda como o Japão resolverá essa dualidade, mas a tendência é que em caso de conflito entre os acordos o Japão dê preferência as ALCs bilaterais.

Quanto aos arranjos comerciais, para Wan (2008), não está claro se prevalecerá a visão do Japão ou da China. A situação é difícil para a China, no caso de propostas como a EAS, porque ela não se pode opor abertamente à inclusão de potências maiores como a Austrália e a Índia, com as quais vem procurando melhorar relações. Ao mesmo tempo, procura devotar atenção maior ao que se considera uma abordagem regionalista “menos” – sua ALC com a ASEAN, por exemplo.

De acordo com Soesastro (2006), no âmbito do ASEAN+3, a rivalidade entre Japão e China impede que qualquer um dos dois seja o líder. Logo, o grupo acaba sendo liderado pela ASEAN por ser o participante menos objetável para tomar a liderança do processo.

Na percepção de Hamanaka (2009) é difícil avaliar qual país assume influência predominante na estrutura regional. Porém o autor enfatiza a influência dos EUA versus a influência do Japão. Os EUA influenciam mais quando Japão e EUA estão incluídos no acordo. Por isso seriam mais interessantes para o Japão as estruturas regionais sem a participação dos EUA. O autor nota ainda que os alvos de exclusão em um acordo regional são sempre os Estados fortes e não os fracos – como demonstrado pela tentativa do Japão de criar um FMA sem os EUA.

É crítico perceber que a disputa pela liderança regional, ou melhor, as formas como os Estados mais fortes da região se comportarão nos próximos anos é de interesse direto dos EUA. O conselho nacional de inteligência dos EUA realizou um estudo<sup>55</sup>, em 2003, especulando sobre os possíveis comportamentos da China com relação aos seus vizinhos e as implicações que isso pode ter para os EUA.

Nesse estudo, são formuladas hipóteses do comportamento e da projeção do poder chinês. A China poderia permanecer um Estado autoritário e utilizar seu poder recente para

---

<sup>55</sup> *NIC 2020 Project – NIC-sponsored Seminar on Asian Responses to the United States. National Intelligence Council, 24 November 2003.*

atingir objetivos revisionistas. Isso exigiria a formação de uma coalizão regional com o apoio dos EUA para contrabalançar o poder chinês e conter seus objetivos.

Num segundo cenário, a China poder-se-ia manter autoritária, mas respeitaria as regras do jogo e buscaria mudá-las por meios pacíficos e legítimos. A China procuraria construir uma ordem de segurança asiática com a exclusão dos EUA, além de se obrigar em acordos regionais, tornando o seu poder mais aceitável para os seus vizinhos. Os Estados da região seriam incluídos num futuro chinês.

Na visão dos americanos está claro que a escala de alcance do poder chinês é regional, pois lhe falta um *soft power* consistente. Contudo, esse *soft power* poderia vir a crescer regionalmente à custa do poder dos EUA na área. Esse cenário também ameaçaria os EUA, mas tornaria complicado convencer os Estados vizinhos à China de que ela constitui uma ameaça e que se deveria formar uma aliança para contrabalançá-la.

Por fim, de acordo com esse estudo do NIC, a China poder-se-ia tornar democrática, o que enfraqueceria a resolução americana de enfrentá-la. Isso porque “a política americana em direção a focos problemáticos como Taiwan é baseada nos princípios democráticos” (NIC, 2003, p.4).

Além disso, são ressaltados os motivos pelos quais os países vizinhos à China podem preferir aliar-se a ela. Em primeiro lugar, os Estados vizinhos são pequenos, o que torna difícil para eles contrabalançar o poder chinês; em segundo lugar, a atração que a economia chinesa tem pode deter um confronto direto com Pequim, pelo receio de prejudicar as suas próprias economias; por fim, mas não menos importante, as amplas comunidades de chineses nos outros Estados da região podem exercer influência nas políticas externas desses Estados que tenderão a ser pró-China.

Ainda nesse estudo, os EUA admitem que a sua política em direção à região pode favorecer a ampliação do poder regional chinês. O descomprometimento americano com os assuntos que interessam os Estados da região pode aumentar a probabilidade desses Estados se aliarem à China na construção de uma ordem regional de segurança sem os EUA. O que os EUA têm a oferecer em termos de segurança – mensagem do combate ao terrorismo – é de pouca relevância para os desafios que os Estados do Leste Asiático enfrentam. Logo, cria-se um vácuo que a China pode buscar preencher.

A partir disso, quatro futuros da ordem regional e das relações EUA-China são possíveis. Primeiro, a China aumenta sua influência pacificamente e gradualmente exclui os EUA da Ásia, tornando-se um Estado democrático pode acelerar esse processo; segundo, os EUA permanecem no centro da política asiática, na medida em que a China aumenta o seu poder econômico e político, mas seus vizinhos optam por laços de segurança com os EUA. Isso é provável de acontecer, se as ações chinesas não são ameaçadoras e permanecem ambíguas. Esse futuro seria a manutenção do *status quo* – os vizinhos da China trabalham com ela e ao mesmo tempo se protegem dela; terceiro, uma guerra fria bipolar na qual uma coalizão liderada pelos EUA resiste à ascensão da China; e por fim, uma crise (por exemplo, problemas políticos referentes a Taiwan) desequilibra a ordem existente e o seu resultado determina qual ordem regional emerge: uma ordem orientada pela China ou pelos EUA.

Em 1995, Hurrell já afirmava que o caráter evolutivo da balança China – Japão – EUA é que determinaria o destino dos fóruns e agrupamentos regionais mais restritos como a ASEAN e dos mais amplos como a APEC.

Durante os anos 1990, grande parte dos países da região favorecia o contínuo engajamento político e econômico dos EUA na área, para contrabalançar possíveis aspirações hegemônicas japonesas e chinesas. Quanto ao Japão, havia o medo da dependência do capital e da tecnologia japonesa, além de ressentirem o fechamento do mercado japonês (WALTER, 1995). A retirada, ou diminuição, da presença norte-americana continua a alimentar o debate sobre os papéis de Japão e China no Leste Asiático (FOOT, 1995).

Wan (2008) observa que o papel dos EUA na economia política da região passou por três estágios: a manutenção da hegemonia sobre metade do Leste Asiático no início dos anos 1970; a ação como co-líder juntamente com o Japão nos anos 1980 e início dos 1990 e a administração da ascensão da China desde o começo dos anos 1990; e a assistência do desenvolvimento da integração regional no Leste Asiático com uma certa preocupação desde o final dos anos 1990.

Vale ressaltar que os EUA continuam sendo um jogador dominante na economia política do Leste Asiático. O país foi e ainda é o principal mercado de exportação para a região. Enquanto a China se torna um mercado maior para o Leste Asiático, boa parte do que ali é montado ainda vai para os EUA (WAN, 2008).

Nos anos 1990, enquanto o Japão estava estagnado, os EUA cresciam. Atualmente, o Japão permanece um competidor formidável (principalmente devido as suas grandes firmas competitivas internacionalmente). Mas as atenções dos EUA estão se voltando para a China (WAN, 2008) – como mostra o estudo comentado anteriormente.

Os EUA ainda exercem muitas pressões sobre a China, em várias questões (como propriedade intelectual e taxa de câmbio), usando sua posição de maior fonte dos superávits comerciais chineses. O país tem adotado a estratégia de realçar alianças com o Japão e alguns países chave no entorno da China para deter a ascensão desse país. Os EUA ainda mantêm uma forte presença militar no Leste Asiático pelo controle das rotas marítimas de petróleo e bens. O que os norte-americanos pretendem com isso é criar uma situação na qual é do próprio interesse chinês focar no desenvolvimento econômico em vez de em aventuras militares sobre Taiwan ou disputas territoriais com o Japão, o que teria um efeito devastador na economia do Leste Asiático (WAN, 2008).

Wan (2008) destaca que no presente a ascensão da China influi pesadamente nas atitudes dos EUA em relação ao regionalismo no Leste Asiático. A posição dos EUA está se tornando mais clara com os esforços regionais de criar agrupamentos contendo somente países do Leste Asiático – o que significa uma liderança chinesa. O desgosto norte-americano é facilitado pelo Japão e outros países, o que desacelera o processo de integração regional. As relações EUA-China serão centrais para definir o futuro do regionalismo na região.

Politicamente, tem sido difícil estabelecer o regionalismo no Leste Asiático por causa da forte resistência doméstica (especialmente em países líderes como o Japão), porque os EUA não querem ser excluídos, e porque a China e o Japão têm um relacionamento político tenso. Mas ao mesmo tempo, a competição entre as maiores potências como o Japão e a China também serve para impulsionar a liberalização comercial na medida em que precisam apresentar melhores termos para os parceiros comerciais do que deveriam se não fosse o caso (WAN, 2008).

Ainda com base nas concepções desse mesmo autor, pode-se dizer que se bem sucedido, o regionalismo no Leste Asiático ajudaria a criar uma economia mundial em três pilares. Isso daria à região maior poder de negociação, embora um maior poder de negociação também signifique maiores dificuldades na coordenação global. O regionalismo necessariamente afetaria a distribuição regional de poder. A China pode ser o vencedor inicial,

mas o Japão e outros países também poderiam ter a sua vez nesse jogo constante. Um regionalismo mais atraente pode ajudar a aprofundar as reformas econômicas e políticas domésticas, mas uma versão mais fraca da instituição regional no lugar de uma instituição global mais forte poderia atrasar o processo de reforma.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regionalismo e a regionalização no Leste Asiático são dois fenômenos recentes e em constante transformação, como se pode perceber pela abundância de tentativas de integração. Os modelos de arranjos regionais são os mais variados e abrangem os grupos mais diversos de países.

A partir da crise asiática de 1997-98, nota-se uma intensificação desses dois movimentos (regionalismo e regionalização), mesmo que em ritmos diferentes. Os esforços políticos e econômicos em favor da integração se mostraram mais ativos.

No presente trabalho procurou-se demonstrar a intensificação da integração assim como as causas que levaram a essa intensificação e os desafios que se apresentam. Para tanto, partiu-se das seguintes hipóteses: a crise financeira asiática de 1997-98 agiu como um catalisador da integração regional, aumentando a vontade política e demonstrando o quão relevante é a interdependência das economias da região; além disso, devido à interdependência, derivada em boa parte das redes regionais de produção, existe a necessidade do incremento da infraestrutura regional e dos esforços conjuntos de cooperação nessa área; finalmente, a questão política também é essencial para se entender a intensificação da integração no Leste Asiático – a China ascendeu como líder regional e disputa essa liderança com o Japão, somando-se a isso a presença dos EUA tanto militar quanto econômica na região. Essa dinâmica de forças agiu e age como estímulo ao processo por um lado e restrição por outro.

Foi possível perceber, no decorrer do trabalho, como a integração vem ocorrendo de um modo geral. A seguir são apresentadas as principais conclusões, no tocante à exploração das hipóteses.

Quanto à integração econômica real, ou *de facto*, ou regionalização, pode-se dizer que o seu incremento é perceptível no período analisado. O comércio intra-regional representa mais de 50% do comércio total da região. Os IDEs regionais continuam crescendo e as suas fontes estão se diversificando. Considerando-se especificamente o grande volume do comércio de partes e componentes, percebe-se o quanto as redes de produção são significativas na região.

A interdependência derivada das ligações comerciais e de investimentos dentro do esquema das redes acaba por ressaltar a importância de uma infraestrutura adequada – para dar continuidade ao crescimento e ao desenvolvimento. A crise de 1997-98 também reforçou que o desenvolvimento de infraestrutura regional é um objetivo comum, pois representa ganhos para as economias como um todo. Existem vários projetos de desenvolvimento de infraestrutura nas regiões pobres e necessitadas do Leste Asiático, projetos principalmente sub-regionais como os apresentados no capítulo 4. Porém ainda existem problemas na administração desses projetos para que sejam mais efetivos – o que não diminui o significado dessas iniciativas. A região, entre as que estão em desenvolvimento, é a que têm o menor custo de transportes, refletindo a infraestrutura já existente.

No que diz respeito às iniciativas regionais de integração mais formais, ou regionalismo, pode-se dizer que tiveram um crescimento exponencial após a crise. Essas iniciativas foram tanto comerciais quanto financeiras.

As iniciativas comerciais são representadas mais pelas áreas de livre comércio que se proliferaram na região. As mais importantes são aquelas que envolvem a ASEAN e cada uma das três economias – China, Japão e Coreia do Sul. Cada uma dessas ALCs representa parcela expressiva do comércio no Leste Asiático. O aumento no número de acordos de livre comércio na região pode ter dois significados, não necessariamente contraditórios.

Esses acordos são uma resposta ao regionalismo em outras partes do mundo. Além disso, eles são uma tentativa das economias asiáticas manterem-se competitivas. Talvez por serem uma resposta defensiva, essas ALCs, juntamente com os demais fóruns econômicos, pareçam e até mesmo sejam, um pouco confusas, desordenadas e superpostas.

Contudo, a proliferação de acordos comerciais e econômicos tem mostrado a conscientização dos *policymakers* da região de que a interdependência das economias dos seus países requer ação conjunta. Isso porque muitos dos problemas, apesar da diversidade de sistemas políticos e econômicos, vividos por uma economia acabará afetando, tendo *spillovers*, nas economias vizinhas.

Além das ALCs, tem-se também o desenvolvimento de iniciativas no âmbito financeiro. Essas iniciativas derivam em parte dos resultados da crise financeira de 1997-98, pois ela explicitou muitos dos problemas estruturais nos países da região.

Dessas iniciativas, as que mais chamam a atenção são aquelas no âmbito do processo ASEAN +3. A ICM e os seus arranjos de swaps bilaterais são um exemplo real da forma como os países tentam aprender com as crises e como buscam alternativas para solucioná-las regionalmente. Como Wan (2008) diz, a ICM tem um grande potencial que ainda não foi testado. Paralelamente à ICM, a ABMI busca solucionar o problema do excesso de poupança e da dependência do dólar.

Não somente a ICM têm potencial, como o próprio ASEAN+3, que surgiu como fórum de cooperação financeira, tem-se mostrado uma via possível de incremento da integração regional em outras áreas. As questões econômicas e comerciais já fazem parte da agenda de discussão. Por mais que existam rivalidades políticas, a vontade de unir esforços aparece freqüentemente por meio da idéia de se construir uma comunidade do Leste Asiático.

Quanto às tendências do movimento regionalista na região, pode-se dizer que passou por fases e oscilações. Inicialmente os países da região preferiam que os EUA estivessem presentes nos arranjos regionais, para garantir a segurança e para evitar a dominação do Japão e da China. Porém a situação muda quando a Malásia tem a iniciativa de propor o EAEC, sem os EUA.

Com isso, surge uma tendência nos anos 1990, que é percebida pelo Japão, de um regionalismo sem os EUA. Os EUA e a Europa estão desenvolvendo seus projetos de integração regional, mostrando que a APEC, por exemplo, não é o caminho que os países do Leste Asiático devem seguir.

Além disso, nos anos 1990, o Japão perdeu poder econômico na região, se comparado aos anos 1980. Isso tornou o momento propício para a intensificação da integração. O Japão, relativamente enfraquecido, percebeu a vontade dos demais países de excluir os EUA e a apoiou – pois onde os EUA estão presentes, a influência do Japão diminui.

Os demais países também perceberam que um Japão enfraquecido colaboraria nos arranjos regionais e se sentiram mais a vontade, pois a percepção da ameaça de dominação japonesa se apresentava minimizada.

Essa situação dos anos 1990, também propiciou que a China ascendesse como líder regional potencial. Além de o Japão estar enfraquecido economicamente, e de os demais países da região visarem diminuir suas dependências em relação ao Japão, a presença dos EUA já não era mais tão incontestável quanto antes.

A China parece estar realmente buscando uma melhor relação com países vizinhos. Disso subentende-se que o país está procurando um maior comprometimento com o Leste Asiático. Uma China pacífica, e com preocupações regionais, inquieta os EUA, justamente porque a mensagem de segurança que vinha sido passada pelos EUA (combate ao terrorismo), desde 2001, não se encaixa muito bem no contexto asiático atual, não atende às preocupações asiáticas.

Vale ressaltar que a China, além de defender a não intervenção nos assuntos internos dos vizinhos – o que leva a uma convergência nas suas políticas externas –, conta com o poder econômico e político dos chineses de ultramar em muitos países da região.

Porém, uma China ativa na região não incomoda somente o Japão e os EUA. Os países menores da região, apesar de objetivarem envolver a China em arranjos mais formais, ainda receiam essa liderança e temem a sua dominação, assim como a do Japão.

Essa temeridade quanto a quem dominará o processo de integração regional é visível na EAS. Não foi somente o Japão que quis incluir potências de fora do Leste Asiático para contrabalançar o poder chinês na EAS. Indonésia e Cingapura também apoiaram a idéia, deixando a China sem saída – para não se indispor com Índia, Austrália e Nova Zelândia. Isso parece ser um retorno ao regionalismo mais amplo que predominava na região antes dos anos 1990. Percebe-se aí que os países mais fracos insistem em recorrer a países de fora da região, que têm influência no cenário internacional, para mitigar os esforços de liderança das potências regionais.

As rivalidades e o “medo” de subjugação de alguns países podem realmente constituir um fator de impedimento ao avanço do regionalismo no Leste Asiático. Os *policymakers* se conscientizaram da necessidade de uma certa institucionalização da integração, para que se dê continuidade ao crescimento, para que não se esgote o potencial da região. Contudo, entre essa conscientização e a descoberta da melhor forma de prosseguir no processo de integração regional, há um *gap*.

A superação das rivalidades regionais, principalmente entre Japão e China, de acordo com as proposições de Kawai (2005), soa como uma alternativa adequada para a integração. Isso justamente para evitar os movimentos defensivos de um em relação ao outro e dos países pequenos que se sentem ameaçados por um poder desproporcional para qualquer um dos lados. A liderança conjunta amenizaria boa parte dos problemas políticos que podem vir a

impedir o progresso do regionalismo – importante esse para a continuidade e intensificação da integração econômica real.

Logo, confirmam-se as seguintes proposições: a crise financeira asiática de 1997-98 realmente impulsionou os arranjos regionais; as redes regionais de produção constituem uma motivação para a melhoria da infraestrutura regional e, portanto, para a integração econômica real; e a disputa pela liderança regional se apresenta como uma moeda, com duas faces distintas.

Dada a diversidade entre os países, ainda pode-se dizer que os resultados alcançados em uma década não foram tão modestos. A integração regional se intensificou em vários âmbitos. Depois da crise, a vontade política se mostrou mais intensa, o comércio intra-regional voltou a crescer, os investimentos regionais continuam crescendo. Os arranjos regionais se multiplicaram, apresentando uma ampla gama de oportunidades para os países explorarem e descobrirem qual o mapa certo da integração regional. O lado positivo desses inúmeros arranjos é a flexibilidade e a dinamicidade que proporcionam. Há uma margem de escolha, pode-se tatear qual é o meio, o projeto mais propício. Cada projeto privilegia uma área de atuação e levanta também diferentes empecilhos que podem ser determinantes ou não (a EAS despertou as rivalidades; o ASEAN+3, a capacidade de cooperação para objetivos comuns). Contudo, corre-se o risco de que esses projetos fiquem intrincados de forma que nenhum progrida da maneira desejada.

Por fim, ressalta-se que são muitos os desafios do processo de integração no Leste Asiático, porém o potencial e as motivações da integração na região são igualmente relevantes. Resta saber o que prevalecerá no futuro próximo.

A China surge como promessa de liderança regional, o Japão permanece muito influente, a Coreia do Sul em menor escala, e os EUA assistem os desenvolvimentos na região com cautela. Uma aliança China-Japão, e eventualmente Coreia, poderia transformar a região definitivamente num dos centros de decisão internacional, somando à influência econômica já relativamente consolidada, a influência política.

O regionalismo e a regionalização no Leste Asiático se realizados nos seus níveis mais completos e intensos, na temporalidade certa, podem vir a garantir que a região seja o terceiro pilar da ordem mundial. Muitas dificuldades se apresentam, muitos imprevistos surgem, mas a

capacidade de superação o Leste Asiático já possui, e talvez venha a demonstrá-la novamente no decorrer do século XXI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, artigos de livros, de periódicos, e da internet

ARRIGHI, Giovanni et.al. **The resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives.** London: Routledge, 2003. 354p.

BALDWIN, Richard. **The causes of regionalism.** Blackwell publishers, 1997. p.865-888.

BICHARA, LÉLIS & CUNHA. **Integración monetária y financiera en América del sur y en Asia.** Latin American Research Review, vol.43, No.1.2008.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy: An Intellectual History.** Princeton: Princeton University Press, 2008. 224p.

CUNHA, André Moreira. **Integração monetária e financeira em condições periféricas: as experiências recentes da Ásia e da América Latina.** In: *Cadernos do desenvolvimento vol.3(5)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, dezembro 2008. p.179-212.

EICHENGREEN, B. **Global imbalances and the Asian economies: implications for regional cooperation.** ADB working paper series on Regional Economic Integration No.4, 2006.

FAUCETT, Louise; HURRELL, Andrew. **Regionalism in world politics: regional organization and international order.** Oxford: Oxford University Press, 1995. 342 p.

GILL, I.; KHARAS, H. et al. **An East Asian renaissance: ideas for economic growth.** The International Bank for Reconstruction and Development. The World Bank, 2007.

GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order.** Princeton: Princeton University Press, 2001.

HAMANAKA, S. **Re-considering Asian Financial Regionalism in the 1990s**. ADB Working paper series on regional economic integration No. 26, 2009.

HENNING, Randall. **East Asian financial cooperation**. Washington, DC: Institute for International Economics, c2002.

JOMO, K.S. **Growth After the Asian Crisis: What Remains of the East Asian Model?** G-24 discussion papers series, 2001.

KAWAI, M. **East Asian Economic Regionalism: progress and challenges**. Journal of Asian Economics 16: 29–55, 2005.

KAWAI, M. **Regional economic integration and cooperation in East Asia**. *On the Impact and Coherence of OECD Country Policies on Asian Developing Economies*, OECD, 2004.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de negócios: mais de 6.000 termos em inglês e português**. São Paulo: Saraiva, 2009. 824p.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Globalização e a Inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: FIORI, José Luís & TAVARES, Maria da Conceição. Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 279-346.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Os dilemas da integração sul-americana**. In: *Cadernos do desenvolvimento vol.3(5)*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, dezembro 2008. p.213-254.

NYE, Joseph S. **International regionalism: readings**. Boston: Little, Brown and Company, 1968. p. I-XVI.

RANA, P. **Economic integration in East Asia: Trends, prospects and a possible roadmap**. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration No. 2, 2006. 26p.

SANTOS, Theotônio. **Globalização e regionalização**. Rio de Janeiro: PUC - Rio, 2004. 334p.



SHARMA, Shalendra. **The Asian financial crisis: crisis, reform, and recovery.** Manchester: Manchester University Press, 2003. 400p.

SOESASTRO, Hadi. **Regional Integration in East Asia: Achievements and Future Prospects.** Asian Economic Policy Review (2006) 1, 215–234.

WAN, Ming. **The Political economy of East Asia: striving for wealth and power.** Washington, D.C.: CQ Press, 2008. 394p.

### **Sites e documentos oficiais, relatórios e discursos**

ADB, 2009. **Asia Economic Monitor.** Disponível em: <[http://aric.adb.org/pdf/aem/jul09/Jul\\_AEM\\_complete.pdf](http://aric.adb.org/pdf/aem/jul09/Jul_AEM_complete.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2009.

**ARIC indicators data base.** Disponível em: <<http://www.aric.adb.org/indicator.php>>. Acesso em: 3 e 4 out.2009.

ASEAN. **East Asia vision.** Disponível em: <[http://www.aseansec.org/pdf/east\\_asia\\_vision.pdf](http://www.aseansec.org/pdf/east_asia_vision.pdf)>. Acesso em: 21 set.2009.

**ASEAN Free Trade Area (AFTA): An Update.** Disponível em: <<http://www.aseansec.org/7665.htm>>. Acesso em: 20 set.2009.

**ASEAN Member Countries.** Disponível em: <<http://www.aseansec.org/74.htm>>. Acesso em: 20 set.2009.

**ASEAN Vision 2020.** Disponível em: <<http://www.aseansec.org/1814.htm>>. Acesso em: 3 out.2009.

**Asian Development Outlook 2009.** Mandaluyong City, Philippines: Asian Development Bank, 2009.

**APEC History.** Disponível em: <[http://www.apec.org/apec/about\\_apec/history.html](http://www.apec.org/apec/about_apec/history.html)>. Acesso em: 21 set.2009.

**APEC Member Economies.** Disponível em:  
<[http://www.apec.org/apec/member\\_economies.html](http://www.apec.org/apec/member_economies.html)>. Acesso em: 21 set.2009.

**Brunei Darussalam-Indonesia-Malaysia-Philippines East ASEAN Growth Area (BIMP-EAGA).** Disponível em: <<http://www.adb.org/BIMP/default.asp>>. Acesso em: 7 out.2009.

**Chairman's Statement of the 14th ASEAN Summit "ASEAN Charter for ASEAN Peoples".** Cha-am, 28 February - 1 March 2009. Disponível em:< <http://www.aseansec.org/22328.htm>>. Acesso em: 5 out.2009.

**Chairman's Statement of the 11th ASEAN Plus Three Summit,** Singapore, 20 November 2007. Disponível em: <<http://www.aseansec.org/21096.htm>>. Acesso em: 7 out.2009.

**Chairman's Statement of the 8th ASEAN + 3 Summit: "Strengthening ASEAN + 3 Cooperation".** Vientiane, 29 November 2004. Disponível em:  
<<http://www.aseansec.org/16847.htm>>. Acesso em: 3 out.2009.

**Emerging Asian regionalism: a partnership for shared prosperity—highlights.** Mandaluyong City, Phil.: Asian Development Bank, 2008.

**GMS Program: progress and achievements.** Disponível em:  
<<http://www.adb.org/GMS/Program/progress-achievements.asp>>. Acesso em: 7 out.2009.

**Midterm review of greater Mekong subregion strategic framework 2002-2012.** Disponível em:< <http://www.adb.org/documents/reports/mid-term-review-gms/Midterm-Review-GMS-Final.pdf>>>. Acesso em: 21 set.2009.

NIC 2020 Project. **NIC-sponsored Seminar on Asian Responses to the United States.** National Intelligence Council, 24 November 2003.

**Rebound Expected for East Asia in 2004 as SARS Fallout Recedes.** Disponível em:  
<<http://www.adb.org/Documents/News/2003/nr2003128.asp>>>. Acesso em: 8 out.2009.

**Regional economic outlook: Asia and Pacific.** Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2007.

**South-east Asia regional economic integration and cooperation:** deepening and broadening the benefits for human development. Human Development Report Unit (HDRU), UNDP Regional Centre in Colombo, 2006.

**The IMT-GT Subregional Cooperation Program.** Disponível em:  
<<http://www.adb.org/IMT-GT/programme.asp>>. Acesso em: 20 set.2009.

UNCTAD. **Trade and development report, 2007.**

UNCTAD. **Handbook of statistics, 2006/2007.**